

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
EXERCÍCIO 2022



SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	3
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DRE	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA	8

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL	9	12. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES	33
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9	13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	35
3. GESTÃO DE RISCO	11	14. RECEITAS A APROPRIAR	36
4. RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS	12	15. ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS	36
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13	16. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS	36
6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS	13	17. INVESTIMENTOS	37
7. CONTAS A RECEBER	15	18. IMOBILIZADO	38
8. ESTOQUES	18	19. INTANGÍVEL	41
9. FORNECEDORES	19	20. DESTINAÇÃO DO RESULTADO	42
10. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	19	21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42
11. TRIBUTOS	29	22. RECEITAS E DESPESAS – EXCETO TRIBUTOS	43
		23. PARTES RELACIONADAS	46



BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03				
ATIVO	NOTA	31/12/22	31/12/21 RECLASSIFICADO	01/01/21 RECLASSIFICADO
CIRCULANTE		3.486.071	3.922.883	3.046.816
Caixa e equivalentes de caixa	<u>5</u>	91.202	87.670	568.174
Aplicações	<u>6</u>	963.829	846.690	15.345
Contas a receber	<u>7</u>	2.047.976	2.687.840	2.176.690
Estoques	<u>8</u>	93.888	53.466	46.706
Outros valores e bens	16.1	289.176	247.217	239.901
NÃO CIRCULANTE		14.476.969	13.790.969	11.277.117
Realizável a longo prazo		5.636.526	5.574.295	3.246.876
Contas a receber	<u>7</u>	256.814	478.424	842.042
Aplicações	<u>6</u>	2.758.897	2.731.819	6.072
Tributos diferidos	11.2.2	1.092.811	935.059	887.363
Depósitos judiciais, recursais e	12.2	117.411	104.853	120.643
Tributos a compensar	11.1	1.402.980	1.317.798	1.286.042
Outros valores e bens	16.1	7.613	6.342	104.714
Investimentos	<u>17</u>	1.497.118	1.414.768	1.006.185
Propriedades para investimento	17.1	1.496.063	1.413.709	1.005.125
Museu	17.2	1.055	1.059	1.060
Imobilizado	18.2	7.310.592	6.775.299	6.987.585
Intangível	<u>19</u>	32.733	26.607	36.471
TOTAL DO ATIVO		17.963.040	17.713.852	14.323.933

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03				
PASSIVO	NOTA	31/12/22	31/12/21 RECLASSIFICADO	01/01/21 RECLASSIFICADO
CIRCULANTE		4.546.147	4.958.545	4.420.875
Fornecedores	9	1.248.233	1.131.044	989.353
Benefícios a empregados	10	2.175.404	2.195.682	2.077.738
Impostos e contribuições	11.4	238.502	271.705	186.149
Arrecadações e recebimentos	15	57.569	45.608	44.821
Adiantamentos de clientes e receitas a apropriar	14	136.899	281.105	280.612
Contas internacionais	7.2.1	13.621	6.511	23.166
Precatórios	12.4	180.844	218.405	188.763
Empréstimos e financiamentos	13	82.733	154.355	266.107
Arrendamento	18.3	335.811	323.440	310.414
Instrumentos financeiros - derivativos	7.2.2	23	8.610	-
Dividendos a pagar		-	250.705	-
Outros créditos	16.2	76.508	71.375	53.752
NÃO CIRCULANTE		12.159.774	10.505.898	8.953.318
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	30.379
Contas internacionais	7.2.1	41.495	49.194	89.015
Benefícios a empregados	10	8.186.483	7.784.259	6.351.734
Tributos diferidos	11.2.2	446.767	423.985	407.531
Precatórios	12.4	31.049	18.927	22.864
Arrendamento	18.3	1.298.713	1.357.283	1.406.936
Provisões para contingências	12.1	2.154.883	871.962	643.024
Outros créditos	16.2	384	288	1.835
Patrimônio líquido		1.257.119	2.249.409	949.740
Capital	21.1	3.403.458	3.403.458	3.382.514
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC		-	-	20.944
Reservas		421.109	1.192.241	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP		3.449.326	3.391.051	3.341.213
Outros Resultados Abrangentes - ORA		(6.016.774)	(5.737.341)	(4.935.749)
Prejuízos acumulados		-	-	(859.182)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.963.040	17.713.852	14.323.933

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DRE

CNPJ 34.028.316/0001-03				
	NOTA	31/12/22	31/12/21 RECLASSIFICADO	31/12/20 RECLASSIFICADO
Receita líquida de vendas e serviços	22.1	19.813.132	21.305.101	17.249.050
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	22.2	(14.453.868)	(13.664.911)	(12.056.598)
Lucro bruto		5.359.264	7.640.190	5.192.452
Despesas com vendas/serviços	22.3	(2.010.345)	(2.306.973)	(2.150.812)
Despesas gerais e administrativas	22.4	(4.632.838)	(3.222.501)	(2.602.610)
Outras receitas operacionais	22.5	680.627	863.120	1.412.653
Outras despesas operacionais	22.6	(112.553)	(235.840)	(713.681)
Lucro líquido antes do resultado financeiro		(715.845)	2.737.996	1.138.002
Receitas financeiras	22.7	904.854	624.528	665.758
Despesas financeiras	22.8	(1.079.049)	(863.277)	(635.522)
Resultado financeiro		(174.195)	(238.749)	30.236
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(890.040)	2.499.247	1.168.238
Tributos sobre o lucro	11.2	81.259	(222.778)	362.138
Correntes		(32.893)	(180.324)	(34.642)
Diferidos		114.152	(42.454)	396.780
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(808.781)	2.276.469	1.530.376

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA

CNPJ 34.028.316/0001-03				
	NOTA	31/12/22	31/12/21 RECLASSIFICADO	31/12/20 RECLASSIFICADO
Resultado líquido do período		(808.781)	2.276.469	1.530.376
Itens que não serão reclassificados para o resultado		(301.733)	(800.112)	172.955
Remensuração de obrigações de benefícios pós emprego	10.6.5.6	(379.064)	(991.229)	(153.750)
CSLL diferida - pós emprego	11.2.2	33.156	88.616	13.809
Ganho - valor justo - propriedades para investimento	17.1	55.060	117.186	343.842
Realização do ganho pela venda de imóvel	17.1	(6.516)	(4.548)	-
CSLL diferida - ganho - propriedades para investimento	11.2.2	(4.369)	(10.137)	(30.946)
Itens que serão reclassificados para o resultado		22.300	(1.480)	(26.564)
Investimentos patrimoniais VJORA - variação valor justo		24.505	(1.625)	(29.192)
CSLL diferida - valor justo - investimentos		(2.205)	145	2.628
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO		(1.088.214)	1.474.877	1.676.767

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL

CNPJ 34.028.316/001-03				RESERVAS							
NOTA	CAPITAL	AFAC	LEGAL	PROJETOS DE INVESTIMENTOS	CONTINGÊNCIAS	ESTATUTÁRIA	RESULTADOS ACUMULADOS	ORA	AAP	TOTAL	
Saldo em 31/12/2020	3.382.514	20.944	-	-	-	-	(859.182)	(4.935.749)	3.341.213	949.740	
Aumento de capital com AFAC	20.944	(20.944)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.276.469	-	-	2.276.469	
Constituição de reservas de lucro	-	-	72.147	564.085	367.980	188.029	(1.192.241)	-	-	-	
Dividendos obrigatórios 25%	-	-	-	-	-	-	(250.705)	-	-	(250.705)	
Benefício pós-emprego	10.6.5.6	-	-	-	-	-	-	(991.229)	-	(991.229)	
Ganhos/(perdas) em investimentos - VJORA	-	-	-	-	-	-	-	(1.625)	-	(1.625)	
CSLL diferida	11.2.2	-	-	-	-	-	-	88.761	-	88.761	
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	27.418	-	(27.418)	-	
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.996)	(28.996)	
CSLL diferida	11.2.2	-	-	-	-	-	-	-	5.077	5.077	
Ganhos a valor justo – prop. para investimento	-	-	-	-	-	-	-	117.186	-	117.186	
Realização - alienação de imóvel	17.1	-	-	-	-	-	-	(4.548)	-	(4.548)	
Perda – valor justo	-	-	-	-	-	-	(1.759)	-	111.181	109.422	
CSLL diferida	11.2.2	-	-	-	-	-	-	(10.137)	(10.006)	(20.143)	
Saldo em 31/12/2021	3.403.458	-	72.147	564.085	367.980	188.029	-	(5.737.341)	3.391.051	2.249.409	
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(808.781)	-	-	(808.781)	
Constituição/realização de reservas de lucro	21.2	-	-	(550.132)	(221.000)	-	771.132	-	-	-	
Dividendos obrigatórios 25%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Benefício pós-emprego	10.6.5.5	-	-	-	-	-	-	(379.064)	-	(379.064)	
Ganhos/(perdas) em investimentos - VJORA	-	-	-	-	-	-	-	24.505	-	24.505	
CSLL diferida	11.2.2	-	-	-	-	-	-	30.951	-	30.951	
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	34.048	-	(34.048)	-	
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	98.087	98.087	
Adoção inicial – propriedades para investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
CSLL diferida	11.2.2	-	-	-	-	-	-	-	(5.764)	(5.764)	
Ganhos a valor justo – prop. para investimento	-	-	-	-	-	-	-	55.060	-	55.060	
Realização - alienação de imóvel	17.1	-	-	-	-	-	-	(6.516)	-	(6.516)	
Perda – valor justo	17.1	-	-	-	-	-	3.601	-	-	3.601	
CSLL diferida	11.2.2	-	-	-	-	-	-	(4.369)	-	(4.369)	
Saldo em 31/12/2022	3.403.458	-	72.147	13.953	146.980	188.029	-	(6.016.774)	3.449.326	1.257.119	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

(Método Indireto)

CNPJ 34.028.316/0001-03				
	NOTA	31/12/22	31/12/21 RECLASSIFICADO	31/12/20 RECLASSIFICADO
Atividades operacionais				
Lucro do período		(808.781)	2.276.469	1.530.376
Itens do resultado que não afetam o caixa		1.531.064	608.724	(672.018)
Depreciação e amortização	18.2 e 19	454.530	499.951	442.259
Provisões		1.422.235	280.284	(1.079.446)
Despesas de variação patrimonial e perdas		118.361	128.975	50.170
Receita de variação patrimonial		(299.499)	(199.779)	(71.202)
Atualização de créditos tributários – imunidade tributária e Banco		(81.813)	(30.244)	(17.460)
Resultado da alienação de bens		(15.632)	(15.331)	3.661
Ganhos/Perdas - Valor Justo - Propriedades para investimento	17.1	(69.530)	(52.579)	-
Ganhos/Perdas - Valor Justo - Hedge	7.2.2	2.412	(2.553)	-
Mutações patrimoniais		955.878	1.053.238	(95.269)
Contas a receber	7	861.474	(147.532)	(433.511)
Estoques	8	(40.422)	(6.760)	(19.621)
Outros valores e bens		257.541	192.464	92.143
Arrendamento	18.3	160.149	157.244	154.983
Realizável a longo prazo		(174.951)	64.954	298.382
Fornecedores	9	117.189	141.691	(6.990)
Salários e consignações	10.1	57.659	76.615	(224.771)
Encargos sociais	10.2	(77.292)	127.751	(5.227)
Impostos e contribuições	11.4	(33.203)	85.556	34.569
Incentivo Financeiro Diferido - IFD/PDI	10.5	(172.301)	379.029	(142.125)
Precatórios	12.4	(25.439)	25.705	7.892
Convênio Postal Saúde	10.4	1.548	(25.255)	(389.331)
Outras		23.926	(18.224)	538.338
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais		1.678.161	3.938.431	763.089
Atividades de investimento				
Aplicações financeiras		(155.216)	(3.545.927)	(11.157)
Adições - ativo imobilizado		(737.440)	(343.708)	(317.287)
Adições - ativo intangível		(21.675)	(17.372)	(17.931)
Adições - propriedades para investimento		(69.530)	(64.243)	(913)
Adições - mantidos para venda		-	-	(243)
Baixas - ativo imobilizado		48.199	43.246	18.351
Baixas - propriedades para investimento		7.315	22.642	512
Baixas - mantidos para venda		-	-	1.768
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(928.347)	(3.905.362)	(326.900)
Atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	13	500.000	250.000	250.000
Transferências para a União		(250.705)	-	-
Empréstimos e financiamentos - Principal	13	(572.917)	(395.833)	(322.917)
Empréstimos e financiamentos - Juros	13	(63.304)	(24.850)	(22.558)
Bens direito de uso - Principal	18.3	(234.734)	(227.504)	(208.489)
Bens direito de uso - Juros	18.3	(124.622)	(115.386)	(100.816)
Caixa originado nas atividades de financiamento		(746.282)	(513.573)	(404.780)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.532	(480.504)	31.409
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	87.670	568.174	536.765
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	91.202	87.670	568.174

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

CNPJ 34.028.316/0001-03		31/12/2022	31/12/2021 RECLASSIFICADO	31/12/2020 RECLASSIFICADO
	NOTA			
Geração do valor adicionado				
1. Receitas		21.140.790	22.895.570	19.231.542
Receitas operacionais	22.1	20.484.571	22.064.266	17.945.004
Perda/reversão de crédito de liquidação duvidosa		(24.408)	(31.816)	(126.115)
Outras receitas operacionais	22.5	680.627	863.120	1.412.653
2. Insumos adquiridos de terceiros		(8.468.432)	(7.014.229)	(6.060.427)
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos		(6.944.458)	(6.368.608)	(5.378.094)
Serviços adquiridos de terceiros		(14.749)	(13.220)	(11.760)
Provisões diversas		(1.509.225)	(632.401)	(670.573)
3. Valor adicionado bruto (1+2)		12.672.358	15.881.341	13.171.115
4. Retenções		(454.530)	(499.951)	(442.259)
Depreciação/amortização	18.2 e 19	(454.530)	(499.951)	(442.259)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade		12.217.828	15.381.390	12.728.856
6. Valor adicionado recebido em transferência		904.854	624.528	665.758
Receitas financeiras	22.7	904.854	624.528	665.758
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		13.122.682	16.005.918	13.394.614
Distribuição do valor adicionado				
7. Remuneração do trabalho		9.720.153	9.583.817	8.712.304
Salários, honorários e benefícios		9.074.845	8.993.411	8.147.491
Encargos sociais		645.308	590.406	564.813
8. Remuneração do governo		2.366.355	2.452.500	2.111.384
INSS		1.620.082	1.485.802	1.356.866
Impostos e contribuições (exceto IRPJ e CSLL)		713.380	786.374	719.876
Contribuição social	11.2	32.893	180.324	34.642
9. Remuneração do capital de terceiros		1.844.955	1.693.132	1.040.550
Aluguéis, juros, variação cambial		1.183.234	988.617	683.759
Outras remunerações a terceiros		661.721	704.515	356.791
10. Remuneração aos acionistas		(808.781)	2.276.469	1.530.376
Lucro/reserva retidos		(808.781)	2.276.469	1.530.376
TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO (7+8+9+10)		13.122.682	16.005.918	13.394.614

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Histórico da Empresa

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é uma entidade pública de capital fechado, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações (MCOM) com sede e foro em Brasília-DF e atuação em todo o território nacional e no exterior. A Empresa é administrada conforme os preceitos do Estatuto Social aprovado em Assembleia e pelas legislações aplicáveis, especialmente pelo Decreto-Lei de criação nº 509/1969, pelas Leis nº 12.490/2011, 13.303/2016 e 6.404/1976 e pelo Decreto nº 8.945/2016.

Conforme Estatuto Social, os Correios têm por objeto planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério supervisor.

Presente em quase todos os municípios do país, as atividades operacionais abrangem a prestação de serviços que vão desde o envio e o recebimento de cartas e encomendas até a logística integrada, serviços financeiros e de conveniência, tanto nos grandes centros urbanos quanto nas localidades mais longínquas do território nacional.

Além da responsabilidade pela operação no Brasil do serviço postal em regime de privilégio de exploração exclusiva, os Correios possuem atuação destacada na área concorrencial, a qual representa a maior parte do negócio, tendo como principais produtos: SEDEX - serviço líder de envios expressos no país; Exporta Fácil – serviço de envio de encomendas do Brasil para o exterior; Telegrama/e-Carta/Carta – serviços de comunicação impressa no território nacional; Express/Standard – serviços internacionais de envio de documentos; Vale Postal Eletrônico Nacional e Vale Postal Internacional – serviços de remessa de dinheiro no Brasil e no exterior.

A Empresa ainda oferece serviços de logística destinados ao e-Commerce, que envolvem o recebimento do pedido, preparação do pacote e envio ao comprador; bem como serviços de logística de suprimentos – Correios Log Supri – por meio da gestão da cadeia logística de suprimentos do cliente, desde o recebimento do material nos armazéns até a distribuição.

No campo social, os Correios atuam como agente da integração nacional ao garantirem à população a oferta permanente dos serviços postais básicos de qualidade, em todo território nacional, a preços acessíveis, além de promoverem o acesso à cidadania, sendo um verdadeiro balcão de serviços ao cidadão e braço logístico do Estado, cujas ações garantem a execução de políticas públicas diversas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância à Lei nº 6.404/1976, aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como às demais normas aplicáveis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, sem exceção, estão evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 22 de março de 2023, a diretoria executiva aprovou o encaminhamento das demonstrações contábeis ao Conselho de Administração, o qual autorizou a emissão e as disponibilizou ao acionista em 24 de março de 2023, para aprovação na assembleia geral de abril de 2023.

2.2. Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. No entanto, por força do Estatuto Social aprovado em Assembleia, a DVA foi elaborada em conformidade as disposições do CPC 09 aprovado pela Resolução CVM nº 117/2022 e apresentada em conjunto com demonstrações contábeis exigidas por lei.

2.3. Continuidade operacional



A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os Correios utilizam o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação para elaboração das demonstrações contábeis, as quais são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das operações. Na data de reporte das demonstrações contábeis, os saldos remanescentes das transações reconhecidas no balanço são reconvertidos com base na taxa de câmbio vigente.

Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do período.

O efeito da conversão de obrigações com fornecedores provenientes da aquisição de itens não monetários em moeda estrangeira é reconhecido em contrapartida a aquisições em andamento no imobilizado até que estas operações estejam em condições de uso. A partir desse momento, as variações remanescentes serão reconhecidas no resultado do período.

2.6. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico de aquisição ou construção, exceto ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos ajustados a valor presente ou custo atribuído, conforme apresentado nas políticas contábeis descritas a cada nota explicativa correspondente, exceto as transcritas na **nota 2.8** que são relacionadas a mais de uma nota explicativa.

2.7. Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos pela Administração para o registro de determinadas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em notas explicativas.

As premissas utilizadas para constituição das estimativas são baseadas no histórico das transações e em outros fatores considerados relevantes. No entanto, os resultados reais podem diferir dos valores estimados. Assim, anualmente, são efetuadas revisões destas premissas, cujos reflexos são reconhecidos dentro do próprio exercício em que foram revisadas de forma prospectiva.

As informações sobre os julgamentos e as estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, que podem provocar impacto relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos do próximo exercício, estão descritas nas seguintes notas:

Nota 7.1 – Contas a receber nacionais: premissas utilizadas na determinação dos percentuais utilizados para constituição das Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD);

Nota 10.6– Benefícios pós-emprego: principais premissas atuariais e financeiras.

Nota 11.2.2– Tributos diferidos: premissas para o reconhecimento do ativo fiscal diferido mediante a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser compensados;

Nota 12.1– Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos que visam suprir perdas decorrentes de processos legais; e

Nota 18.1 – Avaliação ao valor recuperável: Ativos não financeiros: avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) - determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos e estabelecimento da vida útil e valor residual do ativo imobilizado;



Nota 18.3 – Arrendamentos: reconhecimento no ativo imobilizado do direito de uso nas operações de arrendamento mercantil com a utilização de uma taxa incremental de empréstimo para o registro das operações a valor presente.

2.8. Principais políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis significativas aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis dos Correios são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações, a exceção daquelas que se relacionam com vários temas, as quais encontra-se evidenciadas a seguir:

2.9. Avaliação ao valor recuperável de ativos financeiros

Anualmente a Empresa avalia se há alguma evidência objetiva que determine que um ativo financeiro ou grupo de ativos que não sejam reconhecidos ao valor recuperável. Assim, com base no histórico de relacionamento do devedor com os Correios, nas indicações de que o devedor entrará em dificuldades financeiras e no contexto no qual esse está inserido, a Empresa estabelece os percentuais esperados de perdas a serem reconhecidas em relação aos recebíveis.

Com base nesses percentuais, trimestralmente os valores das PECLD são ajustados, por meio de uma parcela dedutível e outra não dedutível, no intuito de atender à legislação societária e fiscal (Lei nº 9.430/1996). A parcela dedutível é constituída segundo a lei fiscal e, a não dedutível, pela variação entre a PECLD total e a perda dedutível, podendo a cada período ser acrescida ou revertida em contrapartida ao resultado.

Para os ativos classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, trimestralmente é efetuado o ajuste a valor de mercado do ativo em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes (ORA). Contudo, caso sejam observados indícios de perdas definitivas de improvável reversão, estas serão reclassificadas para o resultado, considerando não ser permitido manter *impairment* no patrimônio líquido.

2.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais. Os valores de contas a receber de clientes e valores de contas a pagar a fornecedores não são ajustados ao valor presente das operações devido ao curto prazo de pagamento e recebimento, não provocando impacto relevante nas demonstrações contábeis.

3. GESTÃO DE RISCO

O Conselho de Administração (CA) é responsável pela aprovação da Política Corporativa de Gestão de Riscos, assim como suas revisões. Compete ainda ao CA determinar a implementação e supervisionar o sistema de gestão de riscos estabelecido para a prevenção e a mitigação dos principais riscos aos quais os Correios estão expostos.

A Política Corporativa de Gestão de Riscos, aprovada pelo CA, disponibilizada no *website* da Empresa estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem seguidos pela Gestão de Riscos Corporativa dos Correios, de forma a agregar valor à tomada de decisão e ao tratamento adequado dos riscos, respeitando os aspectos regulatórios e as necessidades das partes interessadas, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis e aumentando a probabilidade de concretização dos objetivos.

Além do risco financeiro, detalhado a seguir, a Empresa adota ações corporativas para mitigar os riscos de natureza operacional, de integridade, legal, de mercado, reputacional, de segurança, estratégico e socioambiental.

3.1. Gestão de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A gestão de tais riscos está concentrada na imprevisibilidade do mercado e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

Em 2022 os Correios adotaram medidas para estruturar os processos de avaliação de riscos. Essas ações alcançaram as exigências apresentadas na Lei nº 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2015, que regulamenta a referida lei.



O quadro a seguir resume os riscos e a forma como são administrados pela Empresa, cujo objetivo precípua consiste em resguardar a capacidade de continuidade da companhia, provendo retorno ao seu acionista e sociedade:

RISCO	NOTA	EXPOSIÇÃO	GESTÃO
Risco de mercado – nota 6.2	13.1	Cédula de Crédito Bancário – empréstimos para capital de giro	Controle de parcelas futuras com base em projeções de taxas do Banco Central
	6	Fundos de investimento	Gerenciamento de risco pelo <i>value-at-risk</i>
	7.7	Recebimentos e pagamentos internacionais	Operação de <i>hedge</i>
Risco de crédito – nota 6.3	6	Fundos de investimento	Política de crédito e análise dos emissores de títulos
	7.1	Contas a receber de clientes	Avaliação de crédito na concessão, suspensão/reativação de contratos
Risco de liquidez – nota 6.4	6	Fundos de investimento	Monitoramento das previsões de fluxo de caixa
		Obrigações futuras	Política de dividendos

4. RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS

Com o objetivo de garantir maior aderência às informações divulgadas nas demonstrações contábeis foram efetuadas as reclassificações das informações anteriormente consolidadas nos grupos relacionados nas notas 4.1, 4.2 e 4.3.

4.1. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (ativo circulante)

Reclassificação dos valores correspondentes às aplicações financeiras realizadas em fundos exclusivos, os quais possuem títulos com prazo de vencimento superior a três meses e realizáveis até o término do exercício seguinte.

BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO	31/12/2021 RECLASSIFICADO	AJUSTE	31/12/2021 PUBLICADO	31/12/2020 RECLASSIFICADO	AJUSTE	31/12/2020 PUBLICADO
Caixa e equivalentes de caixa	87.670	826.586	914.256	568.174	4.780	572.954
Aplicações financeiras (circulante)	846.690	(826.586)	20.104	15.345	(4.780)	10.565

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC	31/12/2021 RECLASSIFICADO	AJUSTE	31/12/2021 PUBLICADO	31/12/2020 RECLASSIFICADO	AJUSTE	31/12/2020 PUBLICADO
Aplicações financeiras	(3.545.928)	(821.806)	(2.724.122)	(11.157)	3.111	(8.046)
Caixa e equivalentes. de caixa no início do período	568.174	(4.780)	572.954	536.765	1.669	538.434
Caixa e equivalentes. de caixa no final do período	87.670	(826.586)	914.256	568.174	4.780	572.954

4.2. Custos e despesas com produtos vendidos e serviços prestados

Em virtude da revisão dos termos dos contratos com as Agências Franqueadas – AGFs, foi realizada a mudança de categorização da despesa com remuneração para o grupo “despesas com vendas e serviços”.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DRE	31/12/2021 RECLASSIFICADO	AJUSTE	31/12/2021 PUBLICADO	31/12/2020 RECLASSIFICADO	AJUSTE	31/12/2020 PUBLICADO
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(13.664.911)	(2.205.047)	(15.869.958)	(12.056.598)	(1.911.520)	(13.968.118)
Despesa com vendas e serviços	(2.306.973)	2.205.063	(101.910)	(2.150.812)	1.911.520	(239.292)
Despesas gerais e administrativas	(3.222.501)	(136.703)	(3.359.204)	(2.602.610)	(125.293)	(2.727.903)
Despesas financeiras	(863.277)	136.687	(726.590)	(635.522)	125.293	(510.229)

4.3. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Refere-se ao desmembramento das parcelas relativas aos déficits equacionados do Plano BD (Postalis) entre principal (despesa de pessoal) e juros (despesa financeira).

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO- DVA	31/12/2021 RECLASSIFICADO	AJUSTE	31/12/2021 PUBLICADO	31/12/2020 RECLASSIFICADO	AJUSTE	31/12/2020 PUBLICADO
Salários, honorários e benefícios	8.993.411	136.687	9.130.098	8.147.491	125.293	8.272.784
Aluguéis, juros, variação cambial	988.617	(136.687)	851.930	683.759	(125.293)	558.466

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa abrangem o numerário em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo que podem ser convertidas em dinheiro em até 90 dias, com baixo risco de perda potencial (**nota 6.2**), para fazer frente às necessidades imediatas da operação.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Caixa	3.918	3.720	4.529
Banco	6.192	7.116	7.289
Aplicações-Fundo FAE	81.092	76.834	556.356
Cotas fundo	81.382	77.414	556.887
(-) Imposto de Renda	(290)	(580)	(531)
TOTAL	91.202	87.670	568.174

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com a Resolução 4.986 de 17 de fevereiro de 2022 do Conselho Monetário Nacional, as empresas públicas são obrigadas a aplicar suas disponibilidades financeiras em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. A política dos fundos deve ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA), com exceção dos compostos por títulos atrelados à taxa SELIC, ou seja, os fundos devem ser compostos por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F) ou Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B).

As disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas em Fundos de Investimentos na BB Asset, gestora de fundos do Banco do Brasil e na Caixa Asset, gestora de fundos da Caixa Econômica Federal em carteiras compostas por LTN, NTN-B, NTN-F e operações compromissadas (limitadas).

A Empresa aplica suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazos marcados a mercado e com vencimentos até 2027.

A negociação desses títulos ocorre conforme as demandas dos fluxos de caixa da Empresa.

A seguir é apresentado o quadro de composição das aplicações financeiras segregadas por exercício de vencimento dos títulos:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Ativo circulante		963.829	846.690	15.345
Aplicações financeiras		959.217	826.586	4.780
NTN-B/LFT		867.147	657.307	3.970
2021		-	-	3.970
2022		-	657.307	-
2023		867.147	-	-
Caixa/Operação compromissada		97.451	173.528	841
Provisão de IR		(5.288)	(4.168)	(21)
Ajustes fundo		(93)	(81)	(10)
Títulos e valores mobiliários		4.612	20.104	10.565
Aplicações - VJORA	6.1	4.448	8.941	10.565
Ações		4.448	7.541	9.598
FINAM/FINOR		-	1.400	967
Derivativos - <i>hedge</i>	7.2.2	164	11.163	-

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Ativo não circulante		2.758.897	2.731.819	6.072
NTN-B/LFT		2.758.897	2.731.819	6.072
2022		-	-	367
2023		-	839.815	4.098
2024		1.026.771	940.110	241
2025		643.905	347.408	1.366
2026		746.533	-	-
2027		341.688	604.486	-
TOTAL		3.722.726	3.578.509	21.417

6.1. Aplicações a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Trata-se de ações de companhias telefônicas e de aplicações nos Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) e no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR).

A redução no saldo em 2022 deve-se às alienações ocorridas no período de parte das ações das companhias telefônicas e da totalidade cotas FINAM/FINOR.

6.2. Risco de mercado

Está relacionado às oscilações de preços e taxas como câmbio, índices de preço, taxas de juros que podem afetar os retornos esperados dos fundos de investimento nos quais as disponibilidades estão aplicadas. Neste sentido, os gestores dos fundos de investimentos dos Correios, BB *Asset* e Caixa *Asset*, fazem o acompanhamento e gestão dessas aplicações financeiras mensurando os riscos e avaliando os impactos por meio de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descasamento.

Para o gerenciamento do risco de mercado dos fundos é utilizado o Valor em Risco (*Value-at-Risk - VaR*), com o objetivo de estimar a perda potencial máxima dentro de um horizonte temporal de um dia e com intervalo de confiança de 95%. Nos quadros a seguir estão informados os dados referentes ao *VaR* calculados pelos gestores dos fundos:

FUNDOS DE INVESTIMENTO - 31/12/2022	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Valor em Risco
BB - Fundo FAE	81.382	0,37%
BB - Fundo 13B	665.262	0,04%
CEF - Fundo X	3.058.140	0,29%
TOTAL	3.804.784	

Apesar de não haver um limite máximo previamente estabelecido para o *VaR*, na hipótese de ocorrer aumento significativo de seu valor, pode-se reduzir a exposição nos vértices mais longos dos títulos como forma de mitigar esse risco, os trazendo para vencimentos mais curtos ou, se necessário, direcionar os recursos para papéis de baixa volatilidade, a exemplo de operações compromissadas, dentro dos limites legais.

6.3. Risco de crédito

O controle do risco de crédito relacionado aos fundos de investimento é feito pelas instituições financeiras gestoras por meio de políticas de crédito e análise dos emissores dos ativos financeiros. Por exigência da legislação, os Correios podem aplicar apenas em fundos de investimento extramercado, administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados e compostos por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional.

Dessa forma, em termos de risco de crédito, os Correios investem seus recursos nos ativos de menor risco disponíveis no mercado brasileiro, uma vez que os títulos públicos possuem risco de crédito soberano.

6.4. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa de curto e longo prazos é realizada pela área financeira dos Correios. É feito monitoramento das exigências de liquidez para assegurar que o caixa seja suficiente para atender as necessidades operacionais. Em caso

de insuficiência de saldo de caixa, são adotadas medidas de ajustes no fluxo de caixa, como a dilatação do prazo de pagamentos e antecipação dos recebimentos, visando a eliminação de descasamento entre pagamentos e recebimentos, além de programas para redução estrutural de gastos, a exemplo de Planos de Desligamento Incentivados – PDI, que em conjunto, trabalham para garantir a continuidade e sustentabilidade da Empresa.

Na ocasião de excesso de caixa, os valores são investidos em títulos públicos federais que apresentem os melhores índices de negociabilidade no mercado com vencimento e liquidez apropriados para fornecer margem de segurança suficiente, conforme determinado pelas previsões mencionadas. As previsões de fluxo de caixa são encaminhadas às instituições financeiras gestoras dos fundos de investimento permitindo que efetuem o planejamento das operações de compra e venda de títulos com o intuito de reduzir o risco de liquidez. Outra medida para mitigar esse risco é submissão à área financeira de todo novo gasto relevante que poderá impactar no fluxo de caixa para avaliar se o caixa poderá suportar esse novo gasto.

Ademais, a Empresa efetua estudos acerca da sua saúde financeira, onde são estabelecidos critérios que devem ser observados na distribuição de dividendos, cujo objetivo é garantir a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos, tendo como premissa a flexibilidade e a solidez financeira para a manutenção de suas atividades. Vale ressaltar também que os Correios constituem reserva estatutária com foco na garantia do capital de giro da Empresa.

7. CONTAS A RECEBER

Representam a contraprestação de clientes nacionais e internacionais devido ao cumprimento de obrigação de desempenho pela transferência do bem ou da prestação do serviço.

CONTAS A RECEBER	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		2.047.976	2.687.840
Contas nacionais	7.1	1.718.719	2.066.868
Contas internacionais	7.2	329.257	620.972
Não circulante		256.814	478.424
Contas internacionais	7.2	256.814	478.424
TOTAL		2.304.790	3.166.264

7.1. Contas a receber nacionais

Os valores a receber nacionais são registrados pelo valor nominal dos títulos faturados e não faturados, decorrentes das vendas de produtos e das prestações de serviços nacionais. Todavia, apesar de serem mensurados pelo custo amortizado, dado o curto prazo de vencimento dos títulos, a Empresa não realiza o ajuste a valor presente desses ativos, por não provocarem efeitos relevantes nas demonstrações.

A tabela abaixo evidencia o detalhamento dos direitos a receber provenientes da prestação de serviços contratados e realizados dentro do território nacional:

CONTAS A RECEBER NACIONAIS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Serviços faturados	7.1.1	1.465.490	1.684.032
Total a receber	7.1.1	1.502.305	1.705.311
(-) PECLD	7.1.1	(36.815)	(21.279)
Serviços a faturar		173.136	305.955
Agências terceirizadas		50.778	55.675
Cartões de crédito		29.280	21.171
Outros valores a receber de clientes		35	35
TOTAL		1.718.719	2.066.868

7.1.1. Serviços faturados

As Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas esperadas na realização desses créditos. Anualmente, a Empresa, com base no modelo de matriz de provisão, realiza a revisão dos percentuais esperados de perda, considerando o risco de não recebimento, estabelecido por classe de vencimento, cujos efeitos esperados com base no histórico de inadimplência dos últimos 12 (doze) meses são ajustados prospectivamente às variações do PIB e do IPCA, divulgadas pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Os percentuais e valores da PECLD, por faixa de vencimento, dos exercícios de 2021 e 2022 são os seguintes:

FAIXA DE VENCIMENTO	31/12/2022			31/12/2021		
	VALORES A RECEBER	(%) PECLD	PERDA ESPERADA	VALORES A RECEBER	(%) PECLD	PERDA ESPERADA
A – A vencer	1.370.266	0,10%	(1.370)	1.643.104	0,21%	(3.450)
B – Vencidos de 1 a 30 dias	67.967	2,30%	(1.563)	33.790	4,72%	(1.595)
C – Vencidos de 31 a 60 dias	3.987	13,50%	(538)	7.858	6,07%	(477)
D – Vencidos de 61 a 90 dias	7.562	27,50%	(2.080)	5.334	9,98%	(532)
E – Vencidos de 91 a 180 dias	39.032	55,80%	(21.780)	5.266	100,00%	(5.266)
F – Vencidos há mais de 180 dias	13.491	70,30%	(9.484)	9.959	100,00%	(9.959)
TOTAL	1.502.305	2,5%	(36.815)	1.705.311	1,2%	(21.279)

As perdas dedutíveis e não dedutíveis apresentaram as movimentações detalhadas abaixo:

CONCILIAÇÃO DA PECLD DOS SERVIÇOS FATURADOS	31/12/2022	31/12/2021
A – Perda total no início do período	(21.279)	(19.906)
B – Perda dedutível em 1º de janeiro	(13)	(177)
C – Perda não dedutível em 1º de janeiro	A-B	(19.729)
D – Adições	(15.355)	(1.537)
E – Baixas	-	-
F – Perda não dedutível no final do período	C+D+E	(21.266)
G – Perda dedutível no final do período	(194)	(13)
TOTAL	F+G	(21.279)

7.1.2. Gestão de risco de crédito – contas a receber

Os Correios definiram políticas voltadas para os processos de concessão de crédito, faturamento e cobrança, nos quais são avaliados os perfis dos clientes levando em consideração, principalmente, o histórico de relacionamento e os indicadores financeiros, definindo limites individuais de crédito.

Além dessa primeira análise, uma vez o cliente já possuindo contrato com os Correios, é feito monitoramento periódico do consumo (postagens) diário, os recebimentos dos débitos do cliente e a aplicação das regras de suspensão/reativação de contratos, cujos resultados são espelhados nos indicadores de desempenho acompanhados pela Empresa. Dessa maneira, mitiga-se o risco de inadimplência dos clientes, uma vez que essas ações são adotadas tempestivamente para estancar o crescimento de eventual dívida do cliente, evitando que atinja patamar desproporcional ao crédito concedido.

7.2. Contas internacionais

Em decorrência da adesão do Brasil à Convenção Postal Universal, no âmbito da União Postal Universal (UPU), as remessas postais internacionais recebidas pelos Correios de outros operadores postais e aquelas postadas no Brasil destinadas ao exterior por outros operadores postais são objeto de acertos financeiros entre os operadores postais envolvidos. Assim, quando a Empresa recebe uma remessa postal vinda do exterior é reconhecido no ativo um direito a receber pelo serviço prestado ao operador postal que enviou a remessa. Por outro lado, quando os Correios enviam uma remessa postal ao exterior a ser entregue por outro operador postal é registrada uma obrigação a pagar àquela administração postal.

A prestação de contas entre os operadores postais envolvidos na operacionalização de uma remessa postal internacional segue as regras estabelecidas no Regulamento da Convenção Postal Universal, de modo que na prestação de contas confronta-se os valores a receber e a pagar de cada administração postal, apurando-se o saldo credor em Direito Especial de Saque - DES (moeda usada nas relações postais internacionais). O pagamento é efetuado posteriormente pela administração postal devedora, com conversão do saldo final em DES para o Dólar ou Euro.

Contudo, até o encerramento do ciclo operacional das contas internacionais, os direitos a receber e a pagar reconhecidos no balanço patrimonial são registrados com base na moeda funcional da Empresa ("R\$").

O percentual da PECLD é estabelecido mediante confronto dos valores (em DES) a receber e efetivamente recebidos, segregados por tipo de serviço.

Com relação ao risco de variações da taxa de câmbio, os Correios estão expostos por meio de seus pagamentos e recebimentos em moeda estrangeira referentes a serviços postais internacionais. Para esse risco estão considerados os valores das administrações Postais vinculadas à União Postal Universal – UPU, expressos em Direito Especial de Saque – DES, instrumento monetário criado pelo Fundo Monetário Internacional – FMI.

7.2.1. Contas a receber internacionais

Em 2021 e 2022 as contas internacionais apresentaram os seguintes saldos:

CONTAS INTERNACIONAIS	NOTA	31/12/2022		31/12/2021	
		ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Circulante		329.257	13.621	620.972	6.511
UPU <i>Clearing</i>		26.235	-	51.440	-
Serviço Interno a Regularizar		(61)	-	(76.109)	-
Administrações postais	7.2.1.1	308.804	13.621	674.754	6.511
(-) PECLD	7.2.1.1	(5.721)	-	(29.113)	-
Não circulante		256.814	41.495	478.424	49.194
Administrações postais	7.2.1.1	278.497	41.495	557.089	49.194
(-) PECLD	7.2.1.1	(21.683)	-	(78.665)	-
TOTAL		586.071	55.116	1.099.396	55.705

7.2.1.1. PECLD – Administrações Postais

Para as contas internacionais, as Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) são estabelecidas por tipo de serviço e com base nas inadimplências ocorridas nos últimos 36 meses. Assim, de acordo com os estudos efetuados nos exercícios de 2021 e 2022 com base nas movimentações das contas a receber das Administrações Postais, detalhados por serviço, foram definidos os seguintes percentuais de PECLD:

ADMINISTRAÇÕES POSTAIS - PECLD	31/12/2022			31/12/2021		
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	PECLD	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	PECLD
Reembolso de despesas portuárias	6.298	55,30%	(3.483)	6.188	89,72%	(5.552)
Colis - import	25.445	4,90%	(1.247)	36.738	6,95%	(2.553)
EMS - import	18.684	6,20%	(1.158)	25.699	38,57%	(9.912)
EMS - interno	213	8,40%	(18)	247	100,00%	(247)
LC/AO - import	313.622	3,40%	(10.663)	688.637	10,80%	(74.373)
LC/AO - interno	10.843	42,00%	(4.554)	13.483	43,25%	(5.831)
Prime	204.930	0,30%	(615)	452.242	0,57%	(2.573)
Sur postal - import	27	98,20%	(27)	31	100,00%	(31)
Trânsito	7.239	77,90%	(5.639)	8.578	78,18%	(6.706)
TOTAL	587.301		(27.404)	1.231.843		(107.778)

7.2.2. Hedge

As operações de *hedge* contratada pelos Correios são avaliadas pelo valor justo com o objetivo de mitigar os efeitos das variações cambiais advindas da oscilação do DES sobre as contas a receber internacionais no resultado da Empresa.

Como a Empresa optou por não adotar a política de *hedge accounting* para os instrumentos de proteção contratados, os efeitos do valor justo (ganhos e perdas apurados) são reconhecidos integralmente no resultado do exercício no grupo de receitas/despesas financeiras.

A operação de *hedge* vigente foi constituída na modalidade *Zero Cost Collar*, que consiste na compra de uma opção de venda (*Put*) e venda de opção de compra (*Call* – para financiamento da compra da *Put*) cuja combinação gera uma proteção sem custo inicial de montagem.

O valor base inicial da operação atual, executada em 2 de agosto de 2022, foi de 108.746 mil DES e foi realizada de acordo com os saldos contábeis das contas do ativo e passivo referentes aos recebimentos e pagamentos futuros internacionais de junho de 2022, conforme detalhamento a seguir:

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	30/06/2022 (R\$)	30/06/2022 (DES)	SALDO – 31/12/2021	COTAÇÃO R\$/DES EM 30/06/2022
Ativo – Contas internacionais a receber	813.612	116.996	11.163	6,95420
Passivo – Contas internacionais a pagar	(57.371)	(8.250)	(8.610)	
SALDO – CONTAS INTERNACIONAIS	756.241	108.746	2.553	

Em novembro de 2022, em virtude da redução do saldo das contas internacionais, foi realizado o desmonte parcial da operação no valor de 24.985 mil DES, sem ajuste financeiro para as partes envolvidas.

O quadro abaixo detalha o valor atual da operação:

CONTRAPARTE	VIGÊNCIA	OPÇÃO	LIMITES INF. E SUP. DA COTAÇÃO DES/R\$	VALOR NOCIONAL DES	VALOR NOCIONAL R\$
Banco Citibank S.A.	02/08/2022 a	Compra de opção de venda (<i>put</i>)	6,35380	83.715	531.908
	31/01/2023	Venda de opção de compra (<i>call</i>)	8,64172		723.442

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Derivativos – <i>hedge</i> (ativo)	164	11.163
Instrumentos financeiros – derivativos (passivo)	(23)	(8.610)
TOTAL (ATIVO – PASSIVO)	141	2.553

Em 2022 a cotação do DES apresentou queda de 14,0% em relação à posição da moeda em 31 de dezembro de 2021.

Isoladamente, o desempenho da moeda provocou redução de R\$ 158.051 nas contas internacionais, que foi compensada parcialmente pelo ganho líquido de R\$ 60.097 nas operações de *hedge* em 2022, reduzindo o impacto negativo da variação cambial das contas internacionais para R\$ 97.954.

EFETIVIDADE DO HEDGE	31/12/2022	31/12/2021
A - Receita de variação cambial	134.131	328.974
B - Despesa de variação cambial	(292.182)	(315.708)
C - Resultado da variação cambial (A+B)	(158.051)	13.266
D - Ganhos e perdas - valor justo	(2.412)	2.553
Ganho - valor justo	115.031	50.300
Perda - valor justo	(117.443)	(47.747)
E - Ganhos e perdas - realização	62.509	2.002
Ganho	62.613	2.730
Perda	(104)	(728)
F - Total dos ganhos/perdas <i>hedge</i> (D+E)	60.097	4.555
G - Total da variação cambial + ganhos e perdas <i>hedge</i> (C+F)	(97.954)	17.821
H - <i>Hedge</i>/variação cambial	38,0%	-34,3%

8. ESTOQUES

Os estoques são valorados pelo custo médio ponderado, ajustados ao valor realizável líquido, quando este apresentar se menor que o custo apurado na aquisição ou personalização do bem.

Trimestralmente, os estoques são revisados para a constituição de possíveis perdas provenientes de itens classificados como obsoletos e/ou danificados.

Os estoques estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir as unidades administrativas e operacionais. As perdas esperadas com estoque devem-se a materiais classificados como obsoletos ou danificados que aguardam os procedimentos de exclusão.

ESTOQUES	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	53.466	46.706
Entradas	139.675	86.425
Baixas/Alijamento/Perdas	38	(1.614)

ESTOQUES	31/12/2022	31/12/2021
Saídas	(99.291)	(78.051)
TOTAL	93.888	53.466

9. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores são reconhecidas na competência, quando da entrega de bens adquiridos, conforme as especificações estabelecidas em contrato ou pela prestação de serviços no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas por multas e glosas aplicadas ao fornecedor até o limite da obrigação contraída.

Para o reconhecimento de obrigações com fornecedores, nos casos em que a prestação de serviço foi efetuada, mas não faturada (*accruals*), mensalmente é realizada uma estimativa das obrigações a pagar pelos serviços prestados aos Correios, na qual a despesa é reconhecida no mês de competência e revertida no mês seguinte, a fim de anular o efeito da execução definitiva da despesa com a entrega das notas fiscais pelos fornecedores. Nesses casos, apesar dessas obrigações serem reconhecidas por estimativa, não são tratadas como provisão, devido ao grau de incerteza ser geralmente muito menor do que nas provisões. Portanto, são reconhecidas quando a obrigação presente é resultante de evento passado, a saída de recursos para liquidar a obrigação é praticamente certa e os valores podem ser estimados com confiabilidade. As obrigações com fornecedores não são afetadas por ajustes a valor presente por serem obrigações vencíveis em curtíssimo prazo, não provocando efeito relevante nas demonstrações.

FORNECEDORES	31/12/2022	31/12/2021
Material, produtos e serviços	1.248.075	1.130.886
Consignações e outros	158	158
TOTAL	1.248.233	1.131.044

O acréscimo nos valores a pagar a fornecedores em 2022 deve-se à renovação da frota de veículos das unidades de distribuição da Empresa.

FORNECEDORES - MOVIMENTAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.131.043	989.354
Adições	24.785.523	21.965.446
Pagamentos	(24.200.994)	(21.243.087)
Descontos	(467.339)	(580.669)
TOTAL	1.248.233	1.131.044

10. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Referem-se a todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho.

BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		73.241	57.125
Adiantamento de Pessoal	10.3	73.241	57.125
TOTAL ATIVO		73.241	57.125
Passivo Circulante		2.175.404	2.195.682
Salários e consignações	10.1	1.124.109	1.066.450
Encargos sociais	10.2	294.337	371.629
PLR/RVA		4.059	62.676
Benefício pós-emprego	10.6	293.977	265.271
Convênio Postal Saúde	10.4	134.598	133.050
Obrigações trabalhistas	10.5.2	324.324	296.606
Passivo Não circulante		8.186.483	7.784.259
Benefício pós-emprego	10.6	7.503.266	6.901.105
PLR/RVA		83	-
Obrigações trabalhistas	10.5	683.135	883.154
TOTAL PASSIVO		10.361.887	9.979.941

10.1. Salários e consignações

Correspondem às obrigações devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis, tais como férias à base 1/12 (um doze avos), registradas mensalmente e demais encargos sociais retidos.

SALÁRIOS E CONSIGNAÇÕES	31/12/2022	31/12/2021
Férias	1.015.466	942.301
INSS - empregado	46.388	60.614
Postalís (PostalPrev) - empregado	36.070	42.249
Obrigações trabalhistas	14.675	11.134
Postalís (PBD) - empregado	11.502	10.146
Retenção SEST/SENAT	8	6
TOTAL	1.124.109	1.066.450

O acréscimo na rubrica férias deve-se ao reajuste salarial de 10,12% aos empregados em virtude do Acordo Coletivo de Trabalho 2022/2023. Já as contas INSS e Postalís estavam carregadas em 2021 devido ao reajuste salarial de 9,75% aplicado pela Empresa em dezembro de 2021, retroativamente à data base de 01 de agosto de 2021, devido ao Dissídio Coletivo de Greve, com recolhimento no exercício seguinte.

10.2. Encargos sociais

Correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais.

ENCARGOS SOCIAIS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
INSS - empregador	10.2.1	126.280	185.159
FGTS	10.2.1	59.001	75.452
Postalís (BD) - empregador		58.095	49.704
Postalís (PostalPrev) - empregador		35.203	41.311
Salário educação		12.350	17.707
INSS autônomos/avulsos		2.424	884
Senai adicional		984	1.412
TOTAL		294.337	371.629

10.2.1. INSS e FGTS

Os saldos do exercício de 2022 foram impactados pelo reajuste salarial de 10,12%, decorrente do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT-2022/2023. Em 2021 os saldos foram carregados devido Dissídio Coletivo de Greve e recolhidos no exercício seguinte.

10.3. Adiantamentos de pessoal

Referem-se aos direitos a receber pela concessão de adiantamentos à empregados, inclusive àqueles cedidos a outros órgãos.

ADIANTAMENTO DE PESSOAL	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de férias	65.069	48.817
Adiantamento salarial	5.266	5.068
Empregados cedidos	2.754	2.879
Demais adiantamentos	152	361
TOTAL	73.241	57.125

10.4. Convênio Postal Saúde

A Postal Saúde é a operadora dos planos de assistência médica/hospitalar e odontológica oferecidos aos empregados (ativos e aposentados) dos Correios e respectivos dependentes. Atualmente, a Empresa possui dois planos de saúde, o CorreiosSaúde I, para os pais dos empregados ativos e aposentados dos Correios em tratamento médico, e o CorreiosSaúde II, destinado aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes legais.

As despesas do plano CorreiosSaúde I com os pais dos empregados ativos e aposentados mantidos no plano, conforme dissídio coletivo dos Correios, são custeadas na proporção de 93% para a Empresa e 7% para o empregado e as despesas do CorreiosSaúde II são custeadas de forma paritária.

Os repasses mensais efetuados pelos Correios à operadora para a cobertura das despesas com o plano de saúde são reconhecidos, inicialmente, no ativo para posterior apropriação da despesa, conforme prestação de contas relativa aos atendimentos efetuados pela rede credenciada e, caso os valores sejam insuficientes para cobertura das despesas, é reconhecida uma obrigação a pagar à Postal Saúde.

A Postal Saúde administra ainda, por meio de convênio estabelecido com os Correios, a saúde ocupacional dos empregados da ECT, cuja despesa é arcada integralmente pela Empresa.

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	31/12/2022	31/12/2021
A - Ativo	546	537
Concessão de uso de espaço	490	371
Empregados liberados	56	166
B - Passivo	134.598	133.050
Convênio CorreiosSaúde	112.246	109.091
Saúde ocupacional	20.246	18.366
Benefício de medicamentos	2.106	5.593
Saldo a receber/(pagar) (A-B)	(134.052)	(132.513)

10.4.1. Lastro – Provisão de Eventos e Sinistros a Liquidar – Postal Saúde

Em 2022 não houve necessidade de lastrear as operações de saúde, haja vista o repasse de R\$ 221.000 (nota 21.2.2) efetuado à Postal Saúde, cujas transações passaram a ser garantidas pelos recursos disponíveis na operadora.

10.5. Obrigações trabalhistas

Corresponde ao montante remanescente devido referente ao Incentivo Financeiro Diferido (IFD), oferecido aos empregados que aderiram aos Planos de Desligamento Incentivado (PDI) em 2017 e 2021.

Os referidos planos visaram contribuir com as ações de redução de despesas na área de pessoal e de equilíbrio da força de trabalho, em alinhamento à Estratégia da Empresa, com o consequente desligamento voluntário de empregados elegíveis aos programas.

PLANO	CICLOS	OPÇÃO A	OPÇÃO B	TOTAL DE ADESÕES
PDI 2017	1º - Realizado entre fevereiro e dezembro de 2017.	96 parcelas do Incentivo Financeiro Diferido (IFD), limitado a R\$ 10 mil por parcela	N/A	6.158
	2º - Realizado entre dezembro de 2017 com término em 2019.	93 parcelas do IFD, limitado a R\$ 9,8 mil por parcela	N/A	1.848
TOTAL – PDI 2017				8.006
PDI 2021	1º - Realizado em: fevereiro de 2021	Incentivo Financeiro de Adesão (IFA) (no valor de 10.000,00 - pago em parcela única) + 75 parcelas do IFD	IFD mensal + 5% do IFD mensal. Pagamento em 75 parcelas mensais	4.515
	2º - Realizado em: abril de 2021	IFA (no valor de 7.000,00 - pago em parcela única) + 70 parcelas do IFD	IFD mensal + 3% do IFD mensal. Pagamento em 70 parcelas mensais	1.789
TOTAL – PDI 2021				6.304

As parcelas mensais do IFD serão reajustadas anualmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês subsequente ao de aniversário do desligamento, observado o indicador de atualização nos últimos 12 meses.

Em 1º de dezembro de 2022, após a aprovação em todas as instâncias internas e externas previstas, foi lançado o Plano de Desligamento Incentivado PDI-2022, com o objetivo promover o desligamento dos empregados que atendessem a todos os requisitos e critérios do Regulamento.

O referido plano demonstrava a oportunidade e conveniência de sua execução conforme o cronograma proposto, com a divulgação do edital em dezembro/2022 e efetivação dos desligamentos prevista inicialmente para fevereiro/2023.

Todavia, em janeiro de 2023, por decisão da Presidência da Empresa, o PDI-2022 foi suspenso.

10.5.1. Valor presente

Para o cálculo do valor presente do IFD, os fluxos mensais foram ajustados a valor presente por uma taxa de desconto selecionada a partir da avaliação de rendimento de títulos livres de risco, negociados pelo Tesouro Nacional, em conformidade às disposições do CPC 12, ratificado pela resolução CVM nº 138/2022.

O critério adotado para seleção do título o prazo inferior mais próximo aos fluxos de desembolsos do IFD.

10.5.2. Movimentações – Incentivo Financeiro Diferido - IFD

A obrigação referente ao PDI está distribuída conforme quadro a seguir:

MOVIMENTAÇÃO - INCENTIVO FINANCEIRO	PDI 2017		PDI 2021	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	605.377	800.731	574.383	-
Adição	18	-	629	722.303
Atualização	83.783	62.583	67.452	-
Apropriação AVP ¹	51.218	(30.893)	4.960	1.298
Amortização	(250.084)	(227.044)	(130.277)	(149.218)
TOTAL	490.312	605.377	517.147	574.383

¹ Ajuste de R\$ 73.110 na apropriação a maior do ajuste a valor presente do PDI de 2017 em contrapartida à outras receitas (despesa recuperada).

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	324.324	296.606
Não circulante	683.135	883.154
TOTAL	1.007.459	1.179.760

10.6. Benefício pós-emprego

Os Correios são patrocinadores do Postalís e da Postal Saúde, que oferecem os planos de previdência complementar e saúde aos seus empregados.

Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da Empresa referem-se aos benefícios de aposentadoria complementar pagáveis ao fim do vínculo empregatício junto com a aposentadoria do empregado.

Os planos também são impactados por premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas, econômicas e financeiras, e, pelos ativos, mensurados pelo seu valor justo, substancialmente compostos por investimentos que compõem as carteiras dos planos de benefícios.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas do mercado e no comportamento das premissas atuariais.

10.6.1. Obrigação atuarial líquida reconhecida no balanço

OBRIGAÇÃO ATUARIAL LÍQUIDA	NOTA	PBD		CORREIOSAÚDE II
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Passivo circulante		347.456	314.975	116.862
Encargos sociais	10.2	58.095	49.704	-
Convênio CorreiosSaúde	10.4	-	-	112.246
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>		289.361	265.271	4.616
Passivo não circulante		6.803.147	6.901.105	700.119
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>		6.803.147	6.901.105	700.119
TOTAL		7.150.603	7.216.080	816.981

10.6.1.1. Plano CorreiosSaúde II

Desde agosto de 2021, em razão da aplicação dos termos do regulamento do plano CorreiosSaúde II a parcela paritária na despesa com saúde de aposentados atribuída aos Correios foi transferida a estes participantes, cessando a obrigação de

benefício pós-emprego saúde da Empresa. Sobre essa mudança, a consultoria atuarial contratada, emitiu Relatório Técnico sinalizando que, apesar da alteração formal do plano de benefício saúde para aposentados havia a necessidade de acompanhar o comportamento do custeio do plano no exercício de 2022, no sentido de averiguar se as contribuições eram suficientes para custear as despesas com esses beneficiários.

Assim, no decorrer deste exercício, foram apresentadas evidências atuariais sobre a existência de subsídio cruzado entre os beneficiários ativos e aposentados do plano de assistência médica CorreiosSaúde II, ocasionando o reconhecimento prospectivo do passivo em 2022. Entendimento este, ratificado pelo Comitê de Auditoria - COAUD.

Adicionalmente, em virtude de decisão judicial proferida em outubro/2022, relativa à ação civil coletiva 1001110-91.2021.5.02.0004, ajuizada pelo Sintect/SP em desfavor dos Correios e da Postal Saúde, foi reestabelecido o custeio paritário aos aposentados representados pelo sindicato autor.

Diante dessas alterações, a avaliação atuarial realizada ao término do exercício determinou a obrigação líquida no montante de R\$ 816.981.

10.6.1.2. Plano PostalPrev

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, reunindo características de plano de contribuição definida e benefício definido, sendo que para a parcela de contribuição definida a obrigação da Empresa restringe-se ao pagamento mensal de um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculados ao plano.

O plano inicialmente é custeado pela contribuição normal, efetuada mensalmente pelos empregados e pela patrocinadora Correios. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

Para a parcela correspondente ao benefício definido do Plano CV, os riscos atuariais e de investimento recaem sobre a Empresa e sobre os participantes ativos e assistidos. Nestes planos, o valor presente das obrigações atuariais de responsabilidade da patrocinadora é mensurado, anualmente, por atuário independente com base no Método do Crédito Unitário Projetado, que considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, as quais são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo determinado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

O plano PostalPrev conta com fundo previdencial destinado a suprir a cobertura dos valores pagos a título dos benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte, pecúlio e benefício mínimo, quando necessário, caso não tenha sido acumulado saldo na conta do participante para tais finalidades.

O *superavit* apurado no Postalprev (Plano CV) não está sendo reconhecido, pois ainda não há evidências de que esse poderá reduzir efetivamente as contribuições da Empresa ou que será reembolsável no futuro. Todavia, o excesso de despesa reconhecido no exercício, advindo do pagamento das contribuições normais, conforme percentuais estabelecidos no plano de custeio, são reclassificadas para o ORA no patrimônio líquido.

10.6.1.3. Plano de Benefício Definido - PBD

O Plano de Benefício Definido é administrado pelo Postalis e foi instituído na ocasião da criação do instituto, em 1981, com o objetivo de oferecer, aos empregados da Empresa e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O Plano de Benefício Definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008 e assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio-doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

Atualmente o PBD não recebe mais adesões, assim definido como "em extinção". O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008.



As obrigações de benefício pós-emprego advindas dos planos de benefício definido são impactadas pelo limite atribuído ao custo do serviço e custo de juros em contrapartida a demonstração do resultado e pelos ganhos e perdas atuariais provenientes de ajustes de experiência e de mudanças de premissas em contrapartida aos Outros Resultados Abrangentes (ORA), líquidos dos tributos diferidos.

10.6.1.3.1. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, publicou em fevereiro de 2020 o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, assinado pelo Postalís, PREVIC e Correios. O referido termo prevê o desenvolvimento de uma estratégia previdenciária para o tratamento do desequilíbrio técnico do plano, cujo cronograma estabelece 24 meses para a execução.

Em dezembro de 2021 foi aprovado pelos órgãos colegiados dos Correios o encaminhamento das propostas de plano de equacionamento e de alteração regulamentar do PBD ao Ministério das Comunicações - MCOM (órgão supervisor) para submissão à análise e aprovação pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST/ME.

Após a avaliação dos documentos, a SEST solicitou informações complementares as quais foram disponibilizadas à Secretaria em fevereiro de 2023.

10.6.2. Análise de riscos

Os planos de benefícios definidos expõem tipicamente a Empresa a riscos atuariais tais como: risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e de rotatividade. Os riscos relacionados ao benefício definido dos planos previdenciários decorrentes dos benefícios a serem pagos aos membros (aposentados) e dependentes dos membros do plano (viúva(o) e órfãos beneficiários) são compartilhados entre a Empresa, participantes ativos e assistidos, na ordem de 50% para a Empresa, de acordo com a Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução nº 30/2018 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

10.6.3. Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelos Correios

PARTICIPANTES	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos	78.188	79.764	42.147	43.017	72.502	76.042
Assistidos	7.488	7.663	37.473	36.907	25.190	26.203
Dependentes	-	-	-	-	117.089	128.132
TOTAL	85.676	87.427	79.620	79.924	214.781	230.377

10.6.4. Valor justo dos ativos dos planos

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pelos Correios. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração.

O demonstrativo a seguir evidencia a distribuição dos ativos justos, por categoria:

CATEGORIA DE ATIVOS (VALOR JUSTO)	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Títulos públicos	857.156	759.860	967.721	782.702	136.740	-
Créditos privados e depósitos	13.297	11.598	20.018	31.532	-	-
Ações	8.067	2.496	48.799	177.057	-	-
Fundos de investimentos	140.919	112.101	1.376.022	1.372.936	-	-
Empréstimos e financiamentos	66.630	57.029	237.256	222.492	-	-
Investimentos mobiliários	5.404	-	345.329	263.466	-	-
Depósito judicial	9	-	11.433	31.450	-	-
Precatórios	-	-	51.116	-	-	-
Outros	33.770	27.023	134.773	199.701	13.071	-
TOTAL	1.125.252	970.107	3.192.467	3.081.336	149.811	-

10.6.5. Avaliação atuarial

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria contratada para realizar a avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelos Correios, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela Empresa. O valor presente da obrigação de benefício definido bem como o custo do serviço corrente e passado, foram mensurados pelo método da unidade de crédito projetada, considerando premissas demográficas e financeiras mutuamente compatíveis.

10.6.5.1. Principais premissas

Para a avaliação atuarial de 31/12/2022 e 31/12/2021 foram estabelecidas as premissas atuariais descritas a seguir:

PRINCIPAIS PREMISSAS	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
i) Financeiras					
Taxa de juros nominal no início do exercício (para cálculo de ganhos e perdas)	8,77%	9,07%	8,78%	9,10%	
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,87%	5,58%	5,85%	5,59%	5,85%
Projeção de aumento médio dos salários	6,40%	5,70%	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento médio dos benefícios	3,70%	3,02%	3,70%	3,02%	N/A
Projeção de aumento médio de mensalidades	N/A	N/A	N/A	N/A	1,14%
Taxa de permanência (<i>take-up</i>)	N/A	N/A	N/A	N/A	91,36%
Taxa média de inflação anual	3,70%	3,02%	3,70%	3,02%	3,70%
Expectativa de retorno dos ativos do plano no início do exercício (para cálculo de ganhos e perdas)	8,77%	9,07%	8,78%	9,10%	8,78%
Taxa de juros nominal no final do exercício	9,79%	8,77%	9,77%	8,78%	9,77%
Expectativa de retorno dos ativos do plano no final do exercício	9,79%	8,77%	9,77%	8,78%	9,77%
Taxa dos crescimentos reais do Plano de Saúde (HCCTR)	N/A	N/A	N/A	N/A	1,14%
<i>Aging Factor</i> (envelhecimento)	N/A	N/A	N/A	N/A	2,23%
II) Demográficas					
Taxa de rotatividade	3,23% até aposentadoria e 0,00% após	3,23% até aposentadoria e 0,00% após	2,88% até aposentadoria e 0,00% após	2,52% até aposentadoria e 0,00% após	3,23% até aposentadoria e 0,00% após
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	RP-2000 (M&F) (A1%)	RP-2000 (D8%)	AT-2000 Basic (M&F) (D12%)	BR-EmSsb-v.2015 M&F (A4%)	RP-2000 (M&F) (A1%)
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	RP-2000 (M&F) (A1%)	RP-2000 (D8%)	AT-2000 Basic (M&F) (D12%)	BR-EmSsb-v.2015 M&F (A4%)	RP-2000 (M&F) (A1%)
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	Winklevoss (A39%)	RP 2000 DISABLED M&F	Winklevoss (D36%)	Winklevoss (D41%)	Winklevoss (A39%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte (D60%)	LIGHT FORTE (D68%)	Light Forte (D83%)	Light Forte (D83%)	Light Forte (D60%)
Idade de aposentadoria	Maior tempo entre: (i) elegibilidade à aposentadoria do plano; e (ii) elegibilidade à aposentadoria do INSS aos 65 anos (M) ou 62 anos (F), observadas as regras de transição da EC 103/2019				
Composição familiar	Calculada com base nos dados de dependentes informada				

10.6.5.1.1. Taxa de juros real de desconto atuarial

A metodologia de cálculo das taxas de desconto de benefícios pós-emprego orientou-se pela normatização disposta nos itens 83 e 84 do Pronunciamento Contábil CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022, definindo, objetivamente, títulos de alta qualidade como aqueles cujas notas de *rating* estejam inseridas na escala de grau de investimento (*investment grade*), de acordo com a categorização estabelecida pelas agências de classificação de risco *Moody's*, *Fitch* e *Standard & Poor's*.

Para cada um dos planos de benefícios pós-emprego (PostalPrev e BD), as taxas de juros reais (rendimentos) anuais dos títulos corporativos foram ponderadas pela participação dos respectivos fluxos de pagamento das obrigações, no mesmo período, em relação ao seu total.

10.6.5.1.1. Utilização de títulos corporativos para a composição da taxa de desconto atuarial

A Administração, com o intuito de sedimentar os estudos técnicos elaborados internamente, contratou a Mercer para a emissão de posicionamento independente quanto aos critérios utilizados pelas áreas técnicas dos Correios para a definição dos instrumentos financeiros que referenciam a construção das taxas de desconto atuariais dos benefícios pós-emprego.

A opinião apresentada no Parecer concluiu que, ainda que a metodologia utilizada pelos Correios não seja amplamente utilizada no mercado e demais Empresas cumpre todos os requisitos previstos no CPC 33(R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022, e que, portanto, são passíveis de utilização para a determinação da taxa de juros para fins de mensuração do compromisso pós-emprego.

Destaca-se que, relativo ao assunto, recentemente o Banco Central do Brasil, mediante Resolução BCB nº 050/2020, admitiu a adoção de critério alternativo àquele adotado no mercado, porém igualmente aplicável.

A flexibilização promovida pelo Banco Central demonstra que a discussão sobre o tema deve se acentuar não se restringindo às práticas usuais. A diferença entre a obrigação atuarial apurada mediante a utilização da taxa composta por títulos públicos e títulos corporativos é apresentada a seguir:

VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL ¹	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2022	TAXA	31/12/2022	TAXA	31/12/2022	TAXA
A - Obrigação apurada com base em títulos públicos	783.198	6,13%	17.007.933	6,13%	1.916.909	6,13%
B - Obrigação apurada com base em títulos corporativos	792.612	5,87%	17.493.673	5,85%	1.966.815 ²	5,85%
VARIAÇÃO (A-B)	(9.414)		(485.740)		(49.906)	

¹ Cálculo efetuado com base no valor presente da obrigação atuarial total (Nota 10.6.5.2).

² Cálculo efetuado com base no valor presente da obrigação atuarial correspondente ao subsídio cruzado.

10.6.5.2. Conciliação do valor presente da obrigação atuarial

CONCILIAÇÃO DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente da obrigação atuarial	(711.750)	(494.523)	(17.513.496)	(15.448.326)		(265.119)
Custo dos juros	(59.734)	(41.761)	(1.456.084)	(1.325.107)	-	-
Custo do serviço corrente	(3.221)	(1.949)	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	27.467	29.728	994.876	902.152	-	-
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(45.374)	(203.245)	481.031	(1.642.215)	-	-
Adoção prospectiva da obrigação atuarial do benefício saúde					(1.966.815)	
Custo do serviço passado	-	-	-	-	-	-
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo	-	-	-	-	-	198.213
Reversão de obrigação constituída em contrapartida ao resultado	-	-	-	-	-	66.906
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO	(792.612)	(711.750)	(17.493.673)	(17.513.496)	(1.966.815)	-

O decréscimo da obrigação com o Plano de Benefício Definido - PBD, em relação à avaliação anterior, justifica-se principalmente pelo ganho atuarial decorrente de alteração nas premissas financeiras, conforme verifica-se na Nota 10.6.5.6

10.6.5.3. Status dos planos e ativo/(passivo) reconhecido

STATUS DOS PLANOS E ATIVO/(PASSIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente da obrigação atuarial	(792.612)	(711.750)	(17.493.673)	(17.513.496)	(1.966.815)	-

STATUS DOS PLANOS E ATIVO/(PASSIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valor justo dos ativos	1.125.252	970.107	3.192.467	3.081.336	149.811	-
Valor presente da obrigação atuarial líquida	332.640	258.357	(14.301.206)	(14.432.160)	(1.817.004)	-
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (parcela atribuída aos participantes)	-	-	(7.150.603)	(7.216.080)	-	-
Efeito do mutualismo					1.000.023	
Superavit/(Deficit) do plano	332.640	258.357	(7.150.603)	(7.216.080)	(816.981)	-
Efeito do teto do ativo (valor do superavit que não poderá ser	-	258.357	-	-	-	-
PASSIVO RECONHECIDO NO BALANÇO PATRIMONIAL	-	-	(7.150.603)	(7.216.080)	(816.981)	-

10.6.5.4. Movimentação do ativo/(passivo) líquido reconhecido no balanço

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO/(PASSIVO) RECONHECIDO NO BALANÇO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo/(passivo) líquido no início do exercício	-	-	(7.216.080)	(6.015.964)	-	(265.119)
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo	6.942	3.757	335.059	305.741	-	198.213
Valores reconhecidos no resultado da Empresa	3.722	2.844	(605.917)	(521.228)	-	-
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	(10.664)	(6.601)	336.335	(984.629)	(704.735)	-
Repasse financeiro - mutualismo					(112.246)	
Reversão de obrigação constituída em contrapartida ao resultado		-	-	-	-	66.906
PASSIVO RECONHECIDO NO BALANÇO PATRIMONIAL	-	-	(7.150.603)	(7.216.080)	(816.981)	-

10.6.5.5. Valores reconhecidos no resultado do exercício

VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo do serviço corrente líquido	3.722	2.844	-	-	-	-
Custo do serviço corrente	(3.220)	(1.949)	-	-	-	-
Contribuição dos participantes	6.942	4.793	-	-	-	-
Juros líquidos	-	-	(605.917)	(521.228)	-	-
Custo dos juros sobre a obrigação atuarial	(59.734)	(41.761)	(1.456.084)	(1.325.107)	-	-
Retorno esperado do ativo justo dos planos	83.165	74.849	244.250	282.651	-	-
Custo sobre o efeito do teto do ativo	(23.431)	(33.088)	605.917	521.228	-	-
Custo do serviço passado	-	-	-	-	-	-
Realização da obrigação						198.213
Reversão de obrigação constituída em contrapartida ao resultado	-	-	-	-	-	66.906
VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.722	2.844	(605.917)	(521.228)	-	265.119



10.6.5.6. Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

VALORES RECONHECIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ganhos/(perdas) - valor justo dos ativos do plano	85.563	67.354	191.639	(327.043)	-	-
Ganhos/(perdas) - obrigação de benefício definido	(45.373)	(203.244)	481.031	(1.642.215)	-	-
Ganhos/(perdas) resultantes da alteração em hipóteses demográficas/biométricas	4.089	(39.212)	362.277	168.494	-	-
Ganhos/(perdas) resultantes da alteração em hipóteses financeiras	11.550	(4.399)	473.225	(224.310)	-	-
Ganhos/(perdas) resultantes de ajustes de experiência	(61.012)	(159.633)	(354.471)	(1.586.399)	-	-
Registro inicial da obrigação					(704.735)	
Mudança do teto do ativo	(50.854)	129.289	-	-	-	-
Mudança na restrição da obrigação atuarial	-	-	(336.335)	984.629	-	-
VALORES RECONHECIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(10.664)	(6.601)	336.335	(984.629)	(704.735)	-

10.6.5.7. Análise de sensibilidade das principais hipóteses

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE	TAXA DE DESCONTO		TÁBUA DE MORTALIDADE		CRESCIMENTO SALARIAL/ HCCTR	
	-0,25%	+0,25%	SUAUZADA 10%	AGRAVADA 10%	-0,25%	+0,25%
PostalPrev	(9.889)	9.068	(2.232)	1.818	1.241	(1.262)
PBD	(454.612)	434.835	(281.772)	261.197	N/A	N/A
CorreiosSaúde II	(46.412)	44.660	(151.997)	8.479	46.783	(41.374)

PARÂMETROS	31/12/2022
PostalPrev	(792.612)
PBD	(17.493.673)
CorreiosSaúde II	(1.966.815)

10.6.5.8. Perfil de vencimento das obrigações atuariais

PERFIL DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS	POSTALPREV 31/12/2022	PBD 31/12/2022	CORREIOSSAÚDE II 31/12/2022
Até 1 ano	50.348	1.210.264	113.587
De 1 ano até 2 anos	48.609	1.157.529	111.751
De 2 anos até 5 anos	134.382	3.153.449	326.191
Acima de 5 anos	559.273	11.972.431	1.415.286
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES	792.612	17.493.673	1.966.815

10.6.6. Obrigação atuarial dos Correios/Postalis

A obrigação atuarial reconhecida nos Correios está em conformidade com as disposições do CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022, que estabelece as premissas a serem utilizadas pela patrocinadora no reconhecimento das obrigações de benefício pós-emprego. Por outro lado, o Postalis ao efetuar o cálculo da sua obrigação atuarial, segue

obrigatoriamente as premissas estabelecidas nos normativos emitidos pela PREVIC. A tabela a seguir apresenta as premissas atuariais do PBD, empregadas no cálculo das provisões matemáticas na avaliação atuarial de 31/12/2022, pela consultoria contratada pelos Correios e pelo Postalís:

PREMISSA	CORREIOS	POSTALIS
Taxa de juros atuarial	5,85%	4,80% ao ano
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	AT-2000 Basic (M&F) (D12%)	AT-2000 M&F
Tábua de Entrada em invalidez	Light Forte (D83%)	Light Média (D75%)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss (D36%)	AT-49 M (A25%)
Taxa esperada de inflação de longo prazo	3,70%	3,68% ao ano
Fator de Capacidade (Inflação de Longo	98,35%	98,00%
Idade de Aposentadoria	Maior tempo entre: (i) elegibilidade à aposentadoria do plano; e (ii) elegibilidade à aposentadoria do INSS aos 65 anos (M) ou 62 anos (F), observadas as regras de transição da EC 103/2019	Entre 24 e 25 meses acima da idade para a 1ª. Elegibilidade ao benefício pleno 22 meses
Rotatividade Anual (percentual)	2,88% até aposentadoria e 0,00% após	2,88% ao ano até a idade de aposentadoria e nula após essa idade
Composição Familiar dos Participantes Ativos	Calculada com base nos dados de dependentes informada	Família padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da avaliação atuarial
Composição Familiar dos Participantes Assistidos	Família real informada na base cadastral	Família real informada na base cadastral
Indexador do plano de benefícios	INPC	INPC

O quadro abaixo apresenta de forma geral o efeito dessas diferenças em relação às obrigações líquidas, bem como a parcela da obrigação de responsabilidade dos Correios em conformidade a cada legislação.

PASSIVO ATUARIAL – CORREIOS (CPC 33) X POSTALIS (PREVIC)	PBD - 2022
A - Correios	(7.150.603)
B – Postalís	(7.508.422)
Diferença (A – B)	357.819

Em um cenário de equacionamento o valor a ser desembolsado pelos Correios será o apurado pelo Instituto, que em 2022 demonstra-se superior em R\$ 357.819 quando comparado ao passivo registrado na Empresa - em conformidade às disposições do CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022.

11. TRIBUTOS

11.1. Tributos a compensar

TRIBUTOS A COMPENSAR	IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	RETENÇÃO NA FONTE - BANCO POSTAL	PEDIDOS DE RESTITUIÇÃO	TOTAL
Saldo em 31/12/2020	984.770	251.187	50.085	1.286.042
Atualização	24.191	6.053	1.512	31.756
Saldo em 31/12/2021	1.008.961	257.240	51.597	1.317.798
Atualização	65.436	16.377	3.369	85.182
Saldo em 31/12/2022	1.074.397	273.617	54.966	1.402.980
Deferido - até 31/12/2022	326.072	-	-	-
Aguardando julgamento - até 31/12/2022	748.325	273.617	54.966	1.402.980

A atualização dos Tributos a compensar deve-se principalmente à correção, pela taxa Selic, refletindo também na receita de juros indicada na nota 22.7.

11.1.1. Imunidade tributária – imposto de renda

Corresponde ao montante dos 13 pedidos de restituição do Imposto de Renda relativo à imunidade tributária atualizados pela Selic até dez/2022.

11.1.1.1. Imunidade tributária recíproca

Por meio do Recurso Extraordinário RE 601.392/2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) reiterou e pacificou sua jurisprudência no sentido de que os Correios são imunes a impostos sobre a renda, o patrimônio e serviços com amparo no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal. Destaca-se que as decisões do Pleno são sui generis, uma vez que todas as receitas auferidas pelos Correios abrigam-se sob o manto da imunidade.

Os Correios, amparados na consolidada jurisprudência do STF, na sistemática de repercussão geral de Recursos Extraordinários e nos pareceres técnicos da assessoria jurídica contratada, reconhecem no patrimônio direitos relativos a valores pagos indevidamente, em tempos pretéritos, a título de IRPJ, ao tempo em que solicitaram no âmbito administrativo a restituição desses créditos.

A Receita Federal do Brasil (RFB), em abril de 2019, deferiu o direito aos Correios de realizar a compensação de ofício referente a 3 pedidos de restituição de IRPJ, julgados no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), cujos acórdãos foram proferidos favoráveis, por unanimidade de votos, sem interposição de recurso pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Ainda restam pendentes de julgamento pelo CARF 10 pedidos de restituição de IRPJ.

Nesse contexto, desde o exercício de 2016, a Empresa não realiza a apuração do Imposto de Renda nem a respectiva divulgação da base de cálculo nas demonstrações contábeis. Na mesma linha, passou-se a realizar o efetivo recolhimento do PIS e da COFINS pelo regime cumulativo, em observância aos artigos 10 da Lei nº 10.637/2002 e 10.833/2003.

Sob os mesmos fundamentos, consideram-se os créditos relativos à parcela paga indevidamente de PIS e COFINS, recolhidos sob regime não cumulativo, por força do enquadramento previsto na legislação infraconstitucional, uma vez que esse regime de apuração não se aplica aos entes imunes a impostos, passando o pleito do indébito tributário a ser objeto de ação judicial, amparados por protesto judicial pendente de julgamento, que equivale a R\$ 815.190 em 31/12/2022 atualizado pela Selic.

Frisa-se que quando do desfecho da ação judicial, os valores recuperados em decorrência dos pagamentos indevidos de PIS e COFINS voltarão a ser reconhecidos no patrimônio ocasionando efeitos positivos.

11.1.2. Retenção na fonte – Banco Postal

Refere-se ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da resilição contratual com o Banco do Brasil S/A, cujo pedido de restituição está aguardando julgamento pelo CARF.

11.1.3. Pedidos de restituição

Os pedidos de restituição de tributos, que totalizam R\$ 54.966, referem-se a processos requeridos e protocolizados junto à RFB, referentes a IR- Imposto de Renda, CSLL- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e INSS. Estes processos encontram-se pendentes de análise na esfera administrativa, distribuídos entre as Delegacias de Julgamentos (DRJ) e o CARF.

11.2. Tributos sobre o lucro

Em 2022, a Empresa apresentou cenário de lucro fiscal, gerando uma despesa corrente no total de R\$ 32.893. Já o tributo diferido está representado pela quantia de R\$ 114.152 que diz respeito, em sua maior parte, à constituição de ativos e passivos fiscais diferidos detalhados na nota 11.2.2.

DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	NOTA	31/12/2022	31/12/2021 RECLASSIFICADO ¹
Resultado antes dos juros sobre capital próprio		(890.040)	2.499.247
(+/-) Ajustes – Lei nº 12.973/2014		(17.087)	(43.709)
Resultado antes da CSLL		(907.127)	2.455.538
Efeitos da CSLL – alíquota vigente (9%)		81.641	(220.998)

DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	NOTA	31/12/2022	31/12/2021 RECLASSIFICADO ¹
Efeitos sobre as diferenças permanentes		3.573	(1.122)
Efeitos sobre as diferenças temporárias		(132.201)	(35.342)
Adições		(726.830)	(769.082)
Exclusões		594.629	733.740
Efeito total sobre o lucro/prejuízo fiscal		(46.987)	(257.462)
Efeito da compensação de base negativa de CSLL		14.094	77.138
CSLL corrente		(32.893)	(180.324)
CSLL diferida	11.2.2	114.152	(42.454)
Constituição de passivo fiscal de CSLL Lei nº 12.973/2014		(12.844)	(1.573)
Constituição/reversão de ativo fiscal diferido sobre ajustes do RTT		(346)	826
Constituição/reversão de ativo de CSLL sobre base negativa		(14.155)	(77.237)
Constituição do ativo de CSLL sobre movimentação temporária		141.497	35.530
TOTAL		81.259	(222.778)

¹Para ajustes da Lei 12.973/14, foram reclassificadas as movimentações de valor presente, valor justo e arrendamento.

11.2.1. Tributos correntes

A despesa de CSLL corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, com base nas leis e nos normativos tributários promulgados até a data de encerramento do exercício.

11.2.2. Tributos diferidos

A determinação do reconhecimento do ativo fiscal diferido de CSLL sobre base negativa e movimentações temporárias, cujo impacto é no resultado do exercício, requer a utilização de estimativas contidas no orçamento projetado da Empresa, no qual o uso de julgamentos se faz presente para determinar o reconhecimento do ativo fiscal diferido, de modo que este ativo seja reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível.

No Patrimônio Líquido, a CSLL diferida sobre outros resultados abrangentes origina-se da observância do item 91 do CPC 26 (R1), aprovado pela Resolução CVM Nº 106/2022, que possibilita a apresentação dos componentes do ORA considerando os efeitos fiscais.

A Empresa, amparada pela imunidade tributária recíproca, reconhece apenas o ativo e o passivo fiscal diferido de CSLL, de acordo com a transação que os originou, podendo o impacto ser no resultado ou no Patrimônio Líquido, em outros resultados abrangentes, conforme regras do CPC 32, aprovado pela Resolução CVM nº 109/2022 – Tributos sobre o lucro.

TRIBUTOS DIFERIDOS	31/12/2022		31/12/2021	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Saldo inicial	935.059	423.985	887.363	407.531
A – Tributos diferidos - DRE	126.996	-	(40.881)	-
<i>Impairment</i> - imóveis	(346)	-	826	-
Provisões e PECLD	141.497	-	35.530	-
Bases negativas de CSLL	(14.155)	-	(77.237)	-
B - Outros Resultados Abrangentes - ORA	30.756	4.175	88.577	9.953
Benefício pós-emprego	33.156	-	88.616	-
Valor justo - aplicações VJORA	(2.400)	(194)	(39)	(184)
Ganho – propriedade para investimento	-	4.369	-	10.137
C – Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP	-	5.763	-	4.928
Custo atribuído	-	5.763	-	4.928
D – Mov. em Apuração do Resultado do Exercício - ARE	-	12.844	-	1.573
Perdas a valor justo - propriedades para investimento	-	12.844	-	1.573
TOTAL	1.092.811	446.767	935.059	423.985

11.2.2.1. Estimativa de lucro tributável futuro

O ativo fiscal diferido de CSLL constituído será revisado a cada encerramento do exercício e revertido/reduzido na extensão de que lucros tributáveis não estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do crédito tributário diferido venha a ser utilizado.

Nesse sentido, as estimativas de lucros tributáveis futuros são submetidas à apreciação da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração anualmente

Os Correios, com base nessas estimativas, trazidos a valor presente, projetam que os créditos tributários ativos de CSLL, calculados a partir das movimentações temporárias e das bases negativas de CSLL, serão realizados em até 10 anos, conforme demonstrado a seguir.

ESTIMATIVA DE LUCRO TRIBUTÁVEL FUTURO	RESULTADO FISCAL A VALOR PRESENTE	REALIZAÇÃO DA CSLL (9% DO LUCRO FISCAL)
2023	(1.000.722)	-
2024	830.682	74.761
2025	1.265.009	113.851
2026	1.394.112	125.470
2027	1.897.758	170.798
2028	2.056.058	185.045
2029	1.839.308	165.538
2030	1.617.549	145.579
2031	1.391.299	125.217
2032	1.183.795	106.542
TOTAL	12.474.848	1.212.801

11.3. Impostos e encargos sociais a compensar

Correspondem aos valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão restituídos ou compensados com outros tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A COMPENSAR	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Tributos e encargos a restituir	11.3.1	158.099	132.221
Tributos retidos na fonte	11.3.2	5.578	13.113
Demais tributos e encargos		3.741	7.255
TOTAL		167.418	152.589

11.3.1. Tributos e encargos a restituir

As contas abrigam os saldos dos tributos retidos na fonte por clientes e não utilizados no exercício. Esses valores passam a adquirir a característica de saldo negativo de IRPJ e CSLL e serão utilizados nos exercícios seguintes para pagamentos de débitos administrados no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB).

11.3.2. Tributos retidos na fonte

Corresponde aos tributos retidos na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras e valores recebidos de órgãos, autarquias, fundações e demais entidades da Administração Pública Federal. Embora a Empresa seja imune ao IR, os clientes permanecem efetuando a retenção por observarem a legislação a qual se sujeitam.

11.4. Impostos e contribuições

Correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, os tributos devidos sobre o lucro, as contribuições sociais (PIS e COFINS) incidentes sobre o faturamento, bem como outras obrigações tributárias.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	31/12/2022	31/12/2021
Retenções na fonte – Lei nº 9.430/96	67.561	54.924
COFINS	43.258	48.678
IR retido de empregados	84.818	119.020
ICMS	13.977	14.607
CSLL	-	-
INSS empresas – retenção na fonte	8.571	14.109

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	31/12/2022	31/12/2021
	PIS	9.373
ISSQN – retido de terceiros	8.066	7.206
IR retido de terceiros	2.487	2.373
INSS retenção – contribuinte individual	391	241
TOTAL	238.502	271.705

12. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhista. As premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e o grau de risco dos processos são estimadas pela Administração em conjunto com a área jurídica, a partir das evidências disponíveis e da análise na hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, nas decisões mais recentes dos tribunais e no andamento dos processos. No entanto, mudanças nas tendências de decisões proferidas ou nas jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas às provisões para contingências.

Além disso, os valores das provisões são atualizados, mensalmente, pelos índices do Poder Judiciário, conforme a natureza do processo.

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são registrados no balanço, contudo, aqueles com grau de risco possível são evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza.

12.1. Provisões para contingências

Os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, para os quais constituíram-se provisões para todas as ações classificadas com risco de perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos judiciais podem ser classificados como:

- trabalhista: processos movidos por empregados dos Correios, terceirizados ou de sindicatos, quando são da competência da Justiça do Trabalho, tais como: responsabilidade subsidiária; planos de cargos, carreiras e salários; pagamento de adicional; horas *in itinere*; diferencial de mercado; anistia; assédio moral; assédio sexual; indenização por danos materiais e/ou morais em decorrência de acidente de trabalho; demissão imotivada; incorporação de função; plano de saúde; plano de demissão incentivada; acordo coletivo; PLR; reintegração; dentre outros.
- cível: processos oriundos de consumidores de serviços dos Correios, ou de Empresas com as quais os Correios mantêm contratos, quando são da competência da Justiça Federal, tais como: falha na prestação do serviço postal; despacho postal; concurso público; licitações e/ou contratos administrativos; franqueadas e os contratos de franquia; ação civil pública; ação de cobrança; dentre outros.
- fiscal: processos originados dos órgãos do poder executivo (federal, municipal ou estadual), geralmente relativos a impostos ou taxas. Como exemplos, ações de execução fiscal tributária; embargos à execução fiscal, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2022 essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza dos processos.

PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	1.550.778	730.452
Fiscal	113.739	82.691
Cível	490.366	58.819
TOTAL	2.154.883	871.962

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	871.962	643.024
Reversão	(263.756)	(274.426)
Adição	1.412.325	415.257

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	31/12/2022	31/12/2021
Atualização	86.687	47.549
Alteração no valor da provisão ¹	47.665	40.558
TOTAL	2.154.883	871.962

¹ Refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério da área jurídica da Empresa.

O acréscimo nas provisões decorre de revisões de classificação de risco face ao estágio processual e das ações judiciais, destacando-se a ação coletiva referente à reintegração de empregados e a ação indenizatória do Adicional de Atividade de Distribuição e Coleta – AADC que reportam o total de R\$ 1.036.348.

Em 31 de dezembro de 2022, os Correios eram réus em 14.029 processos classificados como risco de perda provável, dos quais 149 possuem penhoras ou depósitos (judiciais, recursais ou administrativos) ou vinculados, conforme verifica-se no quadro a seguir:

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS X DEPÓSITOS E PENHORAS– 31/12/2022	QUANTIDADE DE PROCESSOS	PERDA PROVÁVEL	DEPÓSITOS
Trabalhista	146	58.015	2.554
Fiscal	3	1.652	698
TOTAL	149	59.667	3.252

12.2. Depósitos judiciais

DEPÓSITOS JUDICIAIS, RECURSAIS E ADMINISTRATIVOS	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos recursais administrativos	77.341	75.559
Depósitos recursais	18.288	17.967
Penhora de numerários	19.743	17.250
Depósitos judiciais	9.962	12.223
(-) Créditos a regularizar	(7.923)	(18.146)
TOTAL	117.411	104.853

O valor de R\$ 77.341 representa o total dos depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD). Os valores de R\$ 18.288 e R\$ 9.962 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu e o montante de R\$ 19.743 estão relacionados às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Os créditos a regularizar correspondem aos recebimentos ocorridos em conta bancária, na qual ainda não foi possível identificar a origem correspondente para proceder à baixa dos depósitos ou da penhora.

12.3. Passivos contingentes

A Empresa possui ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e criminal que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração como possível. Até 31 de dezembro de 2022, o passivo contingente classificado com risco de perda possível é representado por 31.334 processos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

PERDA POSSÍVEL	31/12/2022		31/12/2021	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Trabalhista	22.598	1.287.307	18.131	960.686
Cível	7.935	751.766	7.815	390.221
Fiscal	797	594.810	802	517.432
Criminal	1	-	2	38
TOTAL	31.334	2.633.883	26.750	1.868.377

O acréscimo no valor das ações classificadas com risco de perda possível deve-se, principalmente, a ações coletivas de natureza trabalhista movidas por entidades representativas dos empregados da Empresa e a ações de natureza cível provenientes pedidos indenizatórios ajuizados por prestador de serviços de transporte.

12.4. Precatórios e RPVs

São obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária.

PRECATÓRIOS	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	237.332	211.627
Adição	435.499	417.567
Atualização	49.540	48.817
Pagamento	(510.478)	(440.679)
TOTAL	211.893	237.332
Circulante	180.844	218.405
Não circulante	31.049	18.927

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período do empréstimo, com base no método de juros efetivos. Todas as taxas pagas e a pagar na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado do passivo financeiro e alocar as receitas ou despesas de juros no período de competência. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) durante a vida esperada do ativo/passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A seguir é apresentada a movimentação empréstimos e financiamentos e suas principais características:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	BANCO DO BRASIL		BANCO ABC		CITIBANK
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Saldo inicial	30.564	213.952	123.791	82.534	-
Adições	-	-	-	250.000	500.000
Encargos financeiros ¹	-	-	-	(4.837)	(7.801)
(-) Amortização - principal	(31.250)	(187.500)	(125.000)	(208.333)	(416.667)
(-) Amortização - juros	(663)	(6.845)	(2.458)	(13.168)	(52.382)
Despesa	1.349	10.957	3.667	17.595	59.583
TOTAL	-	30.564	-	123.791	82.733

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CARACTERÍSTICAS	BANCO CITIBANK
Valor da operação	R\$ 500.000
Data da emissão	21/01/2022
Vencimento final	16/01/2023
Remuneração	1,50% a.a. / 0,12% a.m., acrescida de 100% do CDI
Exigibilidade de juros	Mensal a partir de agosto de 2022
Encargos financeiros totais ¹	R\$ 7.801
Amortizações	6 parcelas mensais a partir de 22/08/2022
Amortização mensal - principal	83.333
Garantia	Títulos públicos aplicados no Fundo de Investimento do BB - Fundo 13B

¹ Refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo – registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pela comissão flat, pelo Imposto sobre Operações Financeiras – IOF e pelas despesas bancárias.

13.1. Gestão de riscos relacionada a operação de crédito

Os Correios realizaram captação de recursos por meio de operação de crédito junto ao mercado, sendo a composição da taxa do empréstimo o CDI (taxa de juros) + Spread. Dessa forma, o risco de taxa de juros também afeta a Cédula de Crédito Bancário, empréstimo para capital de giro feito com o Banco Citibank em janeiro de 2022.

Como forma de mitigar esse risco, os Correios mantêm parcela dos seus recursos em operações compromissadas (que rendem o CDI diariamente) dentro dos fundos de investimentos, além de possuírem fundo de investimento em IRF-M 1 (o IRF-M 1 representa a evolução, a preços de mercado, da carteira de títulos públicos prefixados, LTN e NTN-F, com prazos inferiores a um ano), perfazendo assim um *hedge* natural contra eventual alta na taxa de juros.

A análise de sensibilidade da Cédula de Crédito Bancário à variação da taxa do CDI levou em consideração três cenários de alta e de redução da taxa de juros. Nos quadros abaixo estão demonstrados os impactos previstos no pagamento dos juros, ou seja, caso um dos cenários previstos ocorra, haverá aumento ou redução no valor total de juros nos montantes informados.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE	SENSIBILIDADE À ELEVAÇÃO DO CDI					
	+0,5%	-0,5%	+1,0%	-1,0%	+1,5%	-1,5%
CCB - Citibank	16	(16)	32	(32)	48	(48)

14. RECEITAS A APROPRIAR

Corresponde aos valores recebidos antecipadamente pela prestação de serviços e faturamento por estimativa que se converterão em receitas no futuro.

ADIANTAMENTOS E RECEITAS A APROPRIAR	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de clientes	14.1	124.388	251.154
Aluguel de caixas postais		11.922	22.157
Faturamento por estimativa	14.2	550	7.700
Demais adiantamentos		39	94
TOTAL		136.899	281.105

14.1. Adiantamento de clientes

Corresponde, principalmente, a valores relativos a créditos a serem concedidos aos clientes, os quais serão faturados de acordo com o ciclo dos contratos.

14.2. Faturamento por estimativa

Refere-se à antecipação que os clientes fazem à Empresa por estimativa de consumo de serviço dentro de um período pré-estabelecido.

15. ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS

Referem-se a valores que os Correios recebem em nome de terceiros com liquidação mensal na forma pactuada nos contratos. As obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir:

ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS	31/12/2022	31/12/2021
Recebimento de imposto de importação	33.323	27.645
Recebimento para o Postalís	20.148	10.806
Emissão de vale postal nacional	3.626	6.001
Importação/exportação – vale postal internacional	390	802
Outros recebimentos/arrecadações	82	354
TOTAL	57.569	45.608

16. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Representam as demais rubricas não especificadas no Balanço Patrimonial.

16.1. Ativo circulante e não circulante

ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante - Outros valores e bens		289.176	247.217
Despesas antecipadas		5.383	-
Convênio Postal Saúde	10.4	546	537

ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de pessoal	10.3	73.241	57.125
Impostos e encargos sociais a compensar	11.3	167.418	152.589
Cobrança jurídica/inadimplência		5.066	6.915
Float bancário – faturamento		8.576	4.839
Bens sucateados		11.065	13.183
Débitos de empregados		1.453	6.236
Parcelamento de multa de fornecedores		1.789	2.427
Débitos de terceiros		10.374	743
Demais créditos		4.265	2.623
Ativo não circulante - Outros		7.613	6.342
Débitos de ex-empregados		3.083	1.824
Parcelamento de multa de fornecedores		2.605	2.060
Acordos jurídicos - REFIS		1.352	1.929
Acordos jurídicos		335	494
Outros débitos de empregados		39	35
Faturas em processo de apuração		199	-

16.2. Passivo circulante e não circulante

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante - Outros débitos	76.508	71.375
Apuração da venda de ativo fixo	15.609	16.650
Caução de fornecedores	23.831	16.088
Convênio SESI/SENAI	11.552	15.388
EDEI - valores a regularizar e demais credores	18.202	14.061
Retenções judiciais	6.099	4.887
Prestação de contas AGF/ACF	1.169	2.741
Ressarcimento ao SUS	46	1.560
Passivo não circulante - Outros débitos	384	288
Ressarcimento ao SUS	-	46
Benfeitorias em imóveis de terceiros	343	229
Honorários de sucumbência	41	13

17. INVESTIMENTOS

As propriedades para investimento dos Correios são mantidas para obtenção de renda ou para valorização de capital.

Assim, um imóvel é classificado em propriedades para investimento quando não estiver em uso pela Empresa ou quando uma parte insignificante do imóvel for mantida para uso na produção, fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas.

Anualmente, os Correios contratam avaliadores externos, independentes e qualificados para determinar o valor justo dos imóveis sendo ganhos e perdas lançados em contrapartida ao resultado em outras receitas ou despesas operacionais.

A definição do valor justo destes imóveis tem como base o valor de mercado do imóvel, ou seja, o valor que seria recebido pela venda do imóvel em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Quando a situação de ocupação do imóvel é alterada ensejando na sua reclassificação do ativo imobilizado para a propriedade para investimento, o imóvel é submetido a avaliação a fim de estabelecer o seu valor justo. Nestes casos, eventuais perdas ou reversões de perdas apuradas com base no laudo de avaliação são lançadas em contrapartidas ao ajuste de avaliação patrimonial se houver custo atribuído ajustando o valor do imóvel ou em lucros acumulados na ausência deste e ganhos remanescentes lançados em contrapartida a outros resultados abrangente.

Os lucros ou prejuízos apurados na alienação dos imóveis são reconhecidos no resultado, sendo que quando há diferenças apuradas entre o resultado societário e fiscal, os eventuais ganhos mensurados na base fiscal provenientes do reconhecimento de custo atribuído ou ganho a valor justo são ofertados ao fisco para fins de cálculo dos tributos sobre o ganho de capital na venda do imóvel.

17.1. Propriedades para investimento

Trata-se de imóveis cedidos ou desocupados, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou em finalidades administrativas, mantidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	IMÓVEIS	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.413.709	1.005.125
Adições	-	122.485
Varição a valor justo - resultado	69.530	52.579
Ganho	170.266	279.707
Perda	(100.736)	(227.128)
Baixas por venda	(7.315)	(18.380)
Transferências	(28.405)	139.262
Adoção inicial - ORA	48.544	112.638
Ganho	55.060	117.186
Realização - venda	(6.516)	(4.548)
Saldo final	1.496.063	1.413.709
Total bruto	1.515.590	1.431.362
Depreciação acumulada	(19.527)	(17.653)

17.2. Museu

Refere-se bens destinados ao museu dos Correios, tais como: obras de arte, selos de colecionadores, aparelhos de código morse, teleimpressor, relógio de ponto cartográfico e veículos antigos todos avaliados pelo custo histórico.

18. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, da depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Empresa na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, os imóveis próprios foram avaliados ao valor justo, para adoção do custo atribuído desses ativos.

Os imóveis que possuem o valor contábil ajustado pelo custo atribuído quando da depreciação ou venda, os valores correspondentes ao custo atribuído são realizados em contrapartida a conta de lucros acumulados e quando há constituição ou reversão de perda ao valor recuperável destes imóveis, o reflexo ocorre na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

A depreciação é calculada com base no método linear, no valor residual e na média de vida útil estimada para cada grupo de ativos, que é determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, a exceção dos terrenos que não são depreciados.

A vida útil e o valor residual dos bens móveis são revistos no encerramento de exercício para adequação das bases de depreciação de forma prospectiva a partir do exercício seguinte. Com relação aos imóveis, considerando a quantidade de bens distribuída em todo território nacional e a baixa expectativa de variação das vidas úteis e dos valores residuais dos imóveis, esses indicadores são revistos a cada cinco anos, quando da avaliação de toda a carteira imobiliária, para a promoção dos ajustes necessários.

As taxas médias de depreciação anual, são estabelecidas pela Administração, com base na vida útil esperada para os ativos, conforme consta na tabela abaixo:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	DEPRECIACÃO (% a.a.)	VIDA ÚTIL MÉDIA
Imóveis	2	49
Máquinas e equipamentos	7,7	13
Móveis e utensílios	7,7	13
Veículos leves – carga acima de 1.000 Kg	8,8	11,4
Máquina de Mecanização e Triagem - MECTRI	9,7	10,3
Demais equipamentos de processamento de dados	10	10
Veículos motorizados pesados	10	10
Veículos leves – carga até 1.000 Kg	10,3	9,7
Computador e impressora	11,1	9
Motocicletas	13,5	7,4
Veículos não motorizados	20	5
Ferramentas e instrumentos	20	5
Smartphone	40	2,5

Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa, desde que o custo possa ser mensurado com confiabilidade. Demais gastos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos com aquisições e imobilizações em andamento são capitalizados até o momento em que estejam nas condições previstas para entrada em operação, momento em que são reclassificados para a categoria definitiva, iniciando-se a depreciação.

Um ativo é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas provenientes da venda são determinados pelo confronto do valor da alienação com o valor contábil, cujo resultado é reconhecido em outras receitas/despesas operacionais no exercício da transferência de propriedade do bem.

18.1. Avaliação ao valor recuperável

Anualmente a Empresa analisa se há indicativos de perdas, a fim de verificar a necessidade de aplicação do teste de *impairment* nos imóveis classificados no imobilizado, visto que qualquer desvio na análise dos indicativos de perda a constituir ou a reverter poderá comprometer a evidenciação do valor recuperável dos imóveis.

Em complemento, a carteira mobiliária é avaliada a cada cinco anos com o objetivo de revisar a vida útil e o valor residual dos bens, além de certificar a confiabilidade da base de indicativos de perdas garantindo o adequado reconhecimento do valor recuperável dos imóveis.

As perdas ou reversões de perdas apuradas no teste de *impairment* são constituídas de forma significativa em contrapartida ao patrimônio líquido, considerando a aplicação do custo atribuído na adoção inicial das normas internacionais. Todavia, para os imóveis que não possuem custo atribuído, as perdas ou reversões de perdas são lançadas em contrapartida ao resultado do exercício.

18.2. Movimentação - imobilizado

O quadro a seguir evidencia as movimentações ocorridas no ativo imobilizado nos exercícios de 2021 e 2022, respectivamente:

IMOBILIZADO	IMÓVEIS	OUTROS - IMÓVEIS	MÁQ. E EQUIP.	VEÍCULOS	OUTROS - IMÓVEIS	ARREND.	TOTAL
Saldo em 31/12/2020	3.807.479	43.050	576.370	619.897	306.813	1.633.976	6.987.585
Adições	17.030	18.951	82.351	92.403	126.612	269.875	607.222
Baixas	(239)	-	(2.360)	(33.952)	(6.601)	(114.589)	(157.741)
Transferências	(254.506)	-	(4.493)	(2.136)	1.687	(266)	(259.714)
<i>Impairment</i>	70.662	-	-	-	-	-	70.662
Adição	(235.329)	-	-	-	-	-	(235.329)
Baixa/reversão	190.105	-	-	-	-	-	190.105
Transferência	115.886	-	-	-	-	-	115.886
Depreciação	(42.497)	-	(56.582)	(88.171)	(47.209)	(238.256)	(472.715)
Total Líquido	3.597.929	62.001	595.286	588.041	381.302	1.550.740	6.775.299

IMOBILIZADO	IMÓVEIS	OUTROS - IMÓVEIS	MÁQ. E EQUIP.	VEÍCULOS	OUTROS - MÓVEIS	ARREND.	TOTAL
Total bruto em 2021	4.769.694	62.001	1.373.371	1.035.994	1.231.082	2.076.745	10.548.887
(-) Depreciação acumulada em 2021	(347.677)	-	(778.085)	(447.953)	(849.780)	(526.005)	(2.949.500)
(-) Impairment em 2021	(824.088)	-	-	-	-	-	(824.088)
Saldo em 31/12/2021	3.597.929	62.001	595.286	588.041	381.302	1.550.740	6.775.299
Adições	16.263	38.752	110.094	350.080	215.818	243.854	974.861
Baixas	238	-	(5.790)	(36.495)	(6.152)	(84.413)	(132.612)
Transferências	(37.662)	2.828	(19.585)	2.356	15.509	12	(36.542)
Impairment	167.564	-	-	-	-	-	167.564
Adição	-	-	-	-	-	-	-
Baixa/reversão	101.510	-	-	-	-	-	101.510
Transferência ¹	66.054	-	-	-	-	-	66.054
Depreciação	22.145	-	(89.837)	(58.744)	(69.083)	(242.459)	(437.978)
Total Líquido	3.766.477	103.581	590.168	845.238	537.394	1.467.734	7.310.592
Total bruto em 2022	4.745.962	103.581	1.372.744	1.266.247	1.378.885	2.180.416	11.047.835
(-) Depreciação acumulada em 2022	(322.961)	-	(782.576)	(421.009)	(841.491)	(712.682)	(3.080.719)
(-) Impairment em 2022	(656.524)	-	-	-	-	-	(656.524)
Saldo em 31/12/2022	3.766.477	103.581	590.168	845.238	537.394	1.467.734	7.310.592
Administrativo (26,8%)	1.009.416	27.760	158.165	226.524	144.022	393.353	1.959.240
Operacional (73,2%)	2.757.061	75.821	432.003	618.714	393.372	1.074.381	5.351.352

18.3. Arrendamentos

Desde de janeiro de 2019, em conformidade ao disposto no CPC 06 (R2), aprovado pela Resolução CVM nº 95/2022, a Empresa, na figura de arrendatária, passou a reconhecer no ativo imobilizado o direito de uso das operações de arrendamento em contrapartida ao passivo com base nas obrigações assumidas nos contratos de locação, já descontadas a valor presente por uma taxa incremental de empréstimo.

Na mensuração da obrigação a ser trazida a valor presente, a Empresa considera que exercerá a opção de prorrogação contratual, por igual período, para os contratos de bens imóveis, cujo período da obrigação total estimada, já com a prorrogação, não ultrapasse a 10 anos.

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Empresa considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou de rescisão, para os quais leva em consideração os custos incrementais de uma rescisão como, por exemplo, multas, gastos com desmobilização do imóvel e mobilização em outra unidade.

A taxa incremental de empréstimo é estabelecida de acordo o prazo de duração dos contratos, adotando-se como parâmetros as taxas negociadas para o DI futuro, conforme divulgado na BMF/Bovespa (B3), acrescidas do spread de crédito constante nas operações firmadas pela Empresa com as instituições financeiras.

Após o reconhecimento inicial, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e atualizações das parcelas pelo IGP-M e reduzido pelos pagamentos efetuados. Ademais, o valor contábil do passivo de arrendamento será remensurado em contrapartida ao ativo, caso exista modificações no contrato.

Os ativos de direito de uso são depreciados mensalmente, de forma linear com base no prazo do arrendamento acrescido da previsão de prorrogação contratual, se houver, uma vez que, atualmente, a Empresa não possui contratos firmados com previsão do exercício da opção de compra ao final do período.

As despesas com depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas como despesas operacionais e os juros apropriados para despesa financeira nas demonstrações do resultado do exercício.

A Empresa, em conformidade com a política de isenção prevista no CPC 06 (R2), mantém o reconhecimento dos pagamentos dos contratos de curto prazo (12 meses) e de baixo valor (R\$20 mil) registrados como despesa de locação de forma linear ao longo do prazo do arrendamento.

A tabela a seguir evidencia a movimentação dos ativos e passivos relacionados aos arrendamentos de bens imóveis e móveis:

ARRENDAMENTOS E BENFEITORIAS E INSTALAÇÕES EM IMÓVEIS DE TERCEIROS	31/12/2022		31/12/2021	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Saldo inicial	1.550.740	1.680.723	1.633.976	1.717.350
Adições	243.854	237.421	269.874	263.513
Exclusões/baixas	(84.413)	(84.413)	(114.589)	(114.493)
Transferências	12	-	(266)	-
Depreciação	(242.459)	-	(238.255)	-
Apropriação de juros	-	160.149	-	157.243
Pagamentos	-	(359.356)	-	(342.890)
TOTAL	1.467.734	1.634.524	1.550.740	1.680.723
Bens imóveis	1.463.496	-	1.548.425	-
Bens móveis	4.238	-	2.315	-
Circulante	-	335.811	-	323.440
Não circulante	1.467.734	1.298.713	1.550.740	1.357.283

18.4. Seguro dos bens

Os Correios não mantêm política de contratar seguros para os seus bens móveis e estoques mantidos nos centros de distribuição, tendo em vista a expectativa do custo não cobrir o benefício que se possa ter com a adoção desse instrumento, exceto o imóvel discriminado a seguir, que está coberto por seguro contra incêndio, raio, explosão, alagamento e danos elétricos.

SEGURO DOS BENS	SEGURADORA	VALOR SEGURADO	VIGÊNCIA
Edifício Sede do Correios – Brasília	Generali Brasil Seguros S.A.	362.222	08/06/2022 a 08/06/2023

Com relação aos veículos, existe apólice específica com a Empresa Generali Brasil Seguros S.A. relativa à responsabilidade civil por danos materiais e corporais, referente às operações aeronáuticas dos Correios, incluindo a responsabilidade civil de veículos e equipamentos de propriedade da Empresa e do serviço por ela prestado quando em circulação e/ou operação na área interna dos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, cujo limite máximo de indenização (LMI) é de R\$ 1 milhão.

19. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis são representados por licenças de *softwares* que são capitalizadas com base nos custos incorridos para aquisição e implementação à estrutura organizacional até que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados de forma linear durante a vida útil estimada para os softwares, conforme demonstrado na tabela a seguir:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	DEPRECIÇÃO (% a.a.)	VIDA ÚTIL MÉDIA
<i>Softwares</i> , licenciamentos e similares	20	5

A vida útil e o valor residual dos bens intangíveis são revistos no encerramento de exercício para adequação das bases de amortização de forma prospectiva a partir do exercício seguinte.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, no período em que forem incorridos.

INTANGÍVEL	31/12/2022	31/12/2021
Saldo anterior	26.607	36.471
Adições	21.675	17.372
Baixas	(8)	-
Transferência	1.011	-
Depreciação	(16.552)	(27.236)
TOTAL	32.733	26.607
Total bruto	424.528	418.006
(-) Amortização	(391.795)	(391.399)

20. DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Em 2022 os Correios apuraram resultado negativo de R\$ 808.781, que ajustado pela reversão de perda de propriedades para investimento e pelas realizações do custo atribuído da reserva de contingência e acarretou em prejuízo acumulado de R\$ 550.132 o qual foi absorvido pela reserva de investimento.

DESTINAÇÃO DO RESULTADO	31/12/2022
A - Resultado líquido do período	(808.781)
B – Realização parcial da reserva de contingencia	221.000
C - Realização do custo atribuído	34.048
D - Adoção inicial - propriedades para investimento	3.601
E – Absorção do prejuízo acumulado de 2022 pela reserva de investimento.	550.132
F – Lucro/Prejuízo acumulado (A + B + C + D + E)	-

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital social

O capital social dos Correios totaliza o valor de R\$ 3.403.458.

21.2. Reservas de lucro

21.2.1. Reserva legal

Em função do resultado do exercício não houve constituição de reserva em 2022, mantendo o saldo constituído em 2021, na ordem de R\$ 72.147.

21.2.2. Reserva de contingência

Trata-se de reserva constituída em 2021 no valor de R\$ 367.980 para compensar o provável impacto de evento extraordinário proveniente do repasse a ser efetuado à operadora do plano de saúde para a constituição do capital regulatório e das provisões técnicas exigidas por lei, considerando a aprovação pela Diretoria executiva dos Correios da proposta de alteração do Estatuto Social da Postal Saúde que visa modificar a condição da Empresa de mantenedora para patrocinadora.

Em março de 2022 houve a realização de R\$ 221.000, face ao repasse inicial feito à Postal Saúde para dar andamento às formalidades junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em relação a alteração da condição jurídica dos Correios perante à operadora, restando um saldo na conta de reserva de contingência no valor de R\$ 146.980.

21.2.3. Reserva estatutária

Em função do resultado do exercício não houve constituição de reserva em 2022, mantendo o saldo constituído em 2021, na ordem de R\$ 188.029.

21.2.4. Reserva de retenção de lucros

Em 2022 a Empresa investiu o montante de R\$ 758.489. Contudo, em razão do resultado apurado no período foi necessária a absorção dos prejuízos remanescente do exercício, no total de R\$ 550.132, proveniente de reserva constituída em 2021 para fazer frente aos projetos de investimento da empresa e garantir a qualidade na prestação dos serviços.

21.3. Ajuste de avaliação patrimonial - AAP

Na adoção inicial das normas brasileiras de contabilidade, convergidas às normas internacionais, a Empresa optou por avaliar os imóveis próprios a valor justo, conforme permitia a lei na ocasião. Procedida a avaliação, os imóveis reconhecidos até então pelo custo histórico, foram acrescidos do valor de custo atribuído, que é resultado da diferença entre o valor contábil líquido do bem registrado no ativo e o valor justo apurado na avaliação, conforme laudo emitido por Empresa contratada.

O custo atribuído adicionado ao imóvel foi reconhecido em contrapartida ao Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) no Patrimônio Líquido (PL). Adicionalmente, foram reconhecidos no passivo os tributos referentes aos valores mantidos no AAP de modo que estes são apresentados líquidos dos tributos diferidos.

A realização do custo atribuído e dos respectivos tributos diferidos é registrada em contrapartida aos lucros acumulados, por ocasião da venda ou da depreciação calculada sobre o custo atribuído. Além disso, quando houver a necessidade de ajustar o valor recuperável desses imóveis, caso haja custo atribuído constituído para o imóvel, as estimativas de perdas constituídas ou revertidas promoverão a variação no saldo do custo atribuído no AAP.

21.4. Outros Resultados Abrangentes - ORA

Representam os ganhos e perdas atuariais relativos às mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos de novas premissas atuariais, as variações de mercado referentes às participações não relevantes classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), bem como pelos ganhos apurados na adoção inicial do método de avaliação a valor justo das propriedades para investimento, todos líquidos dos tributos diferidos.

22. RECEITAS E DESPESAS – EXCETO TRIBUTOS

22.1. Receita líquida de vendas e serviços

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das operações, sendo reconhecida no resultado quando for provável que benefícios econômicos fluirão para os Correios. O resultado das operações é apurado de forma confiável em conformidade com o regime de competência e às peculiaridades de cada operação.

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de vendas e serviços	20.503.679	22.090.671
(-) Deduções	(690.547)	(785.570)
(-) Impostos	(671.439)	(759.165)
(-) Descontos incondicionais	(16.682)	(17.275)
(-) Receitas canceladas	(2.426)	(9.130)
TOTAL	19.813.132	21.305.101

O quadro a seguir detalha a receita bruta, por serviço:

RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	31/12/2022	PARTICIPAÇÃO (%)	31/12/2021	PARTICIPAÇÃO (%)
Encomenda	10.540.152	51,4%	12.523.448	56,7%
Mensagem	4.922.274	24,0%	5.447.993	24,7%
Internacional	3.596.508	17,5%	2.758.214	12,5%
Logística	454.756	2,2%	460.020	2,1%
Marketing	376.150	1,8%	382.299	1,7%
Malote	257.906	1,3%	264.101	1,2%
Conveniência	204.958	1,0%	204.068	0,9%
Outros	150.975	0,8%	50.528	0,2%
TOTAL	20.503.679	100,0%	22.090.671	100,0%
Monopólio	4.798.726	23,4%	5.325.577	24%
Concorrencial	15.704.953	76,6%	16.765.094	76%

A redução da receita justifica-se em função da desaceleração dos segmentos Encomenda e Mensagem.

22.2. Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
			RECLASSIFICADO	RECLASSIFICADO
Pessoal		(9.025.053)	(9.071.629)	(8.238.741)
Salários, encargos e benefícios		(8.108.248)	(7.520.350)	(7.413.635)
Saúde		(916.125)	(959.849)	(825.057)
Incentivo Financeiro – PDV e PDI		(680)	(591.430)	(49)
Transporte de malas e malotes	22.2.1	(2.453.645)	(1.941.826)	(1.592.182)
Serviços de pessoas físicas/jurídicas		(1.572.129)	(1.367.648)	(1.048.933)
Depreciação e amortização	18.2 e 19	(416.666)	(448.972)	(389.704)
Bens de direito de uso – CPC 06(R2)		(234.734)	(227.504)	(208.490)
Demais bens		(181.932)	(221.468)	(181.214)
Material e produtos		(402.726)	(299.214)	(250.433)
Utilidades		(300.595)	(323.780)	(317.397)
Aluguéis	22.2.2	(190.249)	(119.393)	(137.619)
Internacionais		(65.470)	(69.751)	(61.028)
Impostos, taxas e contribuições		(27.335)	(22.698)	(20.561)
TOTAL		(14.453.868)	(13.664.911)	(12.056.598)

22.2.1. Transportes de malas e malotes

A elevação desse custo deve-se principalmente aos reajustes de combustível nos contratos aéreos.

22.2.2. Aluguéis

O acréscimo nessa rubrica deve-se aos reajustes contratuais de locação de imóveis.

22.3. Despesas com vendas/serviços

DESPESAS COM VENDAS/SERVIÇOS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
			RECLASSIFICADO	RECLASSIFICADO
Remuneração de unidades terceirizadas		(1.957.233)	(2.256.685)	(1.975.876)
Provisão de perdas		(24.408)	(31.942)	(126.830)
Perdas		(17.907)	(16.097)	(42.365)
Outros		(10.797)	(2.249)	(5.741)
TOTAL		(2.010.345)	(2.306.973)	(2.150.812)

22.4. Despesas gerais e administrativas

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
			RECLASSIFICADO	RECLASSIFICADO
Pessoal		(2.100.450)	(1.998.808)	(1.830.779)
Salários, encargos e benefícios		(2.100.442)	(1.867.824)	(1.828.259)
Incentivo Financeiro Diferido – IFD		(8)	(130.984)	(2.520)
Precatórios e RPVs	12.4	(485.039)	(466.383)	(348.379)
Postal Saúde - Aporte	21.2.2	(221.000)	-	-
Pós-emprego	10.6.5.5	(262.467)	(210.144)	(81.210)
Contingências	12.1	(1.290.278)	(250.342)	(247.299)
Constituição de provisão para perdas		(129.165)	(66.658)	(30.988)
Participação nos Lucros e Resultados – PLR e RVA		(1.717)	(62.676)	-
Depreciação/amortização	18.2 e 19	(37.864)	(50.979)	(52.555)
Variações patrimoniais e perdas		(100.453)	(112.878)	(7.805)
Serviços prestados por pessoas físicas/jurídicas e outros		(3.927)	(2.585)	(2.154)
Impostos, taxas e contribuições		(431)	(875)	(1.428)

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021 RECLASSIFICADO	31/12/2020 RECLASSIFICADO
Acordo judicial		(47)	(173)	(13)
TOTAL		(4.632.838)	(3.222.501)	(2.602.610)

22.5. Outras receitas operacionais

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Despesas recuperadas		101.574	93.812
Reversão - Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD		89.221	28.131
Multas aplicadas a fornecedores		88.854	48.103
Ganho a valor justo - Propriedades para investimento	17.1	170.266	279.707
Multas aplicadas a clientes		22.624	22.255
Taxa mensal de franquia – AGF		19.148	22.098
Lucro na alienação de bens móveis e imóveis		23.612	21.299
Taxa inicial de franquia - AGF		13.015	1.957
Outras reversões de provisões		2.143	493
Reversão - provisão de benefício pós-emprego	10.6.5.6	10.664	271.720
Reversão de <i>impairment</i>		4.156	-
Reversão de contingências	12.1	7.358	21.405
Recuperação de perda - REFIS		120	437
(-) Receitas canceladas		(10.476)	(27.218)
Outros		138.348	78.921
TOTAL		680.627	863.120

22.6. Outras despesas operacionais

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízos na alienação de bens		(11.817)	(8.712)
Perda – VJ – Propriedades para investimento	17.1	(100.736)	(227.128)
TOTAL		(112.553)	(235.840)

22.7. Receitas financeiras

RECEITAS FINANCEIRAS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Rentabilidade de aplicações financeiras		452.833	170.996
Ganho - valor justo - <i>hedge</i>	7.2.2	177.644	53.030
Variação cambial	7.2.2	134.131	328.974
Receita de juros		95.608	36.184
Pagamento a valor presente		26.777	14.398
Variação monetária		15.778	18.098
Receitas de descontos		1.873	2.547
Outras		210	301
TOTAL		904.854	624.528

22.8. Despesas financeiras

DESPESAS FINANCEIRAS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021 RECLASSIFICADO	31/12/2020 RECLASSIFICADO
Variação cambial	7.2.2	(292.182)	(315.708)	(232.187)
Apropriação/atualização - PDI	10.5.2	(207.413)	(106.098)	(71.185)
Juros		(315.475)	(294.610)	(281.080)
Juros a transcorrer – bens de direito de uso – CPC 06 (R2)	18.3	(160.149)	(157.244)	(154.983)

DESPESAS FINANCEIRAS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021 RECLASSIFICADO	31/12/2020 RECLASSIFICADO
Demais		(155.326)	(137.366)	(126.097)
Perda - valor justo - <i>hedge</i>	7.2.2	(117.547)	(48.475)	-
Encargos – financiamento da dívida interna (juros e IOF)		(78.775)	(32.188)	(30.505)
Multas		(12.580)	(6.541)	(5.790)
Taxa administrativa – cartão de crédito		(8.434)	(7.100)	(7.964)
Despesas bancárias		(6.473)	(5.530)	(4.081)
Perdas nas aplicações financeiras		(11.613)	(45.441)	(121)
Notificação de infração		(294)	(212)	(117)
Outros		(28.263)	(1.374)	(2.492)
TOTAL		(1.079.049)	(863.277)	(635.522)

23. PARTES RELACIONADAS

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis de 2022, apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

ENTIDADE	RELACIONAMENTO	NOTAS
União	Controladora	
Postal Saúde – Caixa de assistência e saúde dos empregados dos Correios	Patrocinada/Mantida	10.5 e 10.7.1
Postalís – Instituto de seguridade social dos Correios e Telégrafos	Patrocinado	10.1, 10.2, 10.3, 10.7.1 e 15

23.1. Transações com partes relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes, com partes relacionadas dos Correios, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações contábeis em questão.

23.1.1. Transações com a Postal Saúde

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 5 de dezembro de 2013, mensalmente provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância às boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora – Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde, conforme demonstrado nos quadros da **Nota 10.4**.

23.1.2. Transações com o Postalís

O Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Foi criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

As **notas 10.1, 10.2, 10.3 e 15** apresentam as transações ocorridas com o Postalís.

23.1.3. Remuneração do pessoal chave da Administração

Remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração dos Correios.

REMUNERAÇÃO ANUAL DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA
2022				
Salários e benefícios	4.057	310	161	285
Encargos sociais	1.109	44	12	35
Previdência complementar	209	4	-	-
Remuneração total - 2022	5.375	358	173	320

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS
Em milhares R\$

REMUNERAÇÃO ANUAL DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA
Número de membros - 2022	7	6	3	3
2021				
Salários e benefícios	3.867	348	162	241
Encargos sociais	854	29	11	27
Previdência complementar	204	1	-	-
Remuneração total – 2021	4.926	378	173	268
Número de membros - 2021	7	7	3	3

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração dos Correios (em reais).

REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES	31/12/2022	31/12/2021
Menor remuneração	1.639	1.473
Maior remuneração	61.628	55.365
Remuneração média	5.185	4.354
Dirigentes		
Presidente	52.619	52.619
Diretores	45.847	45.847
Conselheiros		
Conselho Fiscal	4.496	4.496
Conselho de Administração	4.496	4.496
Comitê de Auditoria	8.992	8.992

Fabiano Silva dos Santos
Presidente

Fabiano Silva dos Santos
Respondendo pela Diretoria
Econômico-Financeira, Tecnologia
e Segurança da Informação

Mércia da Silva Pedreira
Diretora de Gestão de Pessoas

Fabiano Silva dos Santos
Respondendo pela Diretoria de
Governança e Estratégia

Maurício Fortes Garcia Lorenzo
Diretor de Negócios

Maurício Fortes Garcia Lorenzo
Respondendo pela Diretoria de
Operações

José Rorício Aguiar de Vasconcelos
Diretor de Administração

Vanessa Sandri Barbosa
Contadora
CRC/DF - 014297/O-0